

INQUÉRITO 4.215 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): 1. Iniciando o exame dos autos que correspondem hoje a 14 (quatorze) volumes, num total de 3.301 (três mil, trezentos e uma) páginas e outros 14 (quatorze) apensos, passo à análise da questão preliminar suscitada pelo denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros.

2. Há 2 (duas) questões preliminares a serem examinadas, aptas, segundo a argumentação defensiva, a gerar a inépcia da exordial acusatória.

Refuto ambas as prefaciais diante dessa fase de mero exame para fins de recebimento da denúncia, sem adentrar verticalmente aos temas de fundo.

2.1. Sob a óptica do acusado, a denúncia encontra-se eivada do vício da inépcia pela ausência de descrição mínima do ato de ofício correspondente às suas atribuições funcionais, ressaltando, ainda, não ser responsável por “*indicar, manter ou exonerar, por ato de ofício, o presidente da Transpetro*” (fl. 2.768). Examino, pois, esse primeiro tema.

Na espacialidade da compreensão do ato de ofício imputado ao Senador da República denunciado, a acusação, ao contrário do alegado, apresenta exposição *quantum satis* das circunstâncias delitivas, passível a atestar a higidez formal da peça inaugural.

Com efeito, de acordo com o desenrolar dos eventos narrados pelo titular da ação penal, exsurge abrangente cenário de apoio mútuo prestado entre os envolvidos na empreita criminosa.

Nesse sentido, em linhas gerais, relata o Ministério Público Federal que Sérgio Machado alçou ao cargo de Presidente da Transpetro S.A. e manteve-se na função por pouco mais de uma década - já que fora nomeado em junho de 2003 e exonerado em novembro de 2014 - devido ao apoio político prestado por parlamentares vinculados ao antes denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), comportamento do qual fez parte o acusado José Renan Vasconcelos

Calheiros, também filiado àquela legenda.

Ainda expõe a peça de ingresso que, em contrapartida aos benefícios espúrios advindos dessa interação política com Sérgio Machado, os parlamentares, dentre os quais o Senador denunciado, omitiram-se na fiscalização da administração pública federal, engendrando ambiente favorável para práticas delitivas no entorno daquela empresa subsidiária da Petrobras S.A.

Eis, nesse panorama, a descrição da Procuradoria-Geral da República ao qual acresço grifos:

“(…)

SÉRGIO MACHADO tinha o apoio político de Senadores do PMDB, inclusive de **RENAN CALHEIROS**, GARIBALDI ALVES, ROMERO JUCÁ e JOSÉ SARNEY, para sua manutenção no cargo de Presidente da TRANSPETRO.

Os parlamentares e o então Senador JOSÉ SARNEY, em troca da vantagem indevida, além de apoiarem SÉRGIO MACHADO, omitiram-se quanto ao cumprimento do dever parlamentar de fiscalização da administração pública federal, viabilizando assim, indevidamente, o funcionamento de organização criminosa voltada para a prática de vários crimes, dentre os quais corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro no âmbito da TRANSPETRO.

Assim, em razão desse apoio político e da ausência de fiscalização, SÉRGIO MACHADO efetivamente praticou os atos necessários para que a NM ENGENHARIA e a ODEBRECHT AMBIENTAL continuassem a obter contratações na TRANSPETRO.

(…)

O esquema criminoso na TRANSPETRO apresentava o mesmo desenho estrutural e finalidades daquele estruturado no âmbito da PETROBRAS. A TRANSPETRO é subsidiária integral da PETROBRAS, inclusive com conselho de administração comum a ambas, para algumas finalidades, do qual fazia parte, por exemplo, PAULO ROBERTO COSTA.

Exatamente nesse modelo criminoso de funcionamento da

máquina estatal descoberto que SÉRGIO MACHADO exerceu a presidência da TRANSPETRO, sociedade de economia mista subsidiária integral da PETROBRAS, no período de 2003 a 2015. SÉRGIO MACHADO, que firmou com o Ministério Público Federal acordo de colaboração premiada, explicou os fatos em seu Termo de Depoimento n. 1.

Nele, informou que assumiu o cargo de presidente da TRANSPETRO em junho de 2003 e permaneceu até novembro de 2014 no exercício da presidência.

Confirmou ter sido Deputado Federal de 1991 a 1994 e Senador de 1995 a 2002, inicialmente pelo PSDB e, desde 2001, pelo PMDB. Entre 1995 e 2000 foi líder do PSDB no Senado.

Ao narrar o sistema de nomeações políticas no Brasil, afirmou que, desde 1946, o sistema funciona com três instâncias:

a) políticos indicam pessoas para cargos em empresas estatais e órgãos públicos e querem o maior volume possível de recursos ilícitos, tanto para campanhas eleitorais quanto para outras finalidades;

b) empresas querem contratos e projetos e, neles, as maiores vantagens possíveis, inclusive por meio de aditivos contratuais; e,

c) gestores de empresas estatais têm duas necessidades, uma a de bem administrar a empresa e outra a de arrecadar vantagem indevida para os políticos que os indicaram.

SÉRGIO MACHADO disse guiar sua atividade de presidente da TRANSPETRO por duas diretrizes: extrair o máximo possível de eficiência das empresas contratadas pela estatal, tanto em qualidade quanto em preço, e o máximo possível de recursos ilícitos para repassar aos políticos que o garantiam no cargo. Para arrecadar os recursos ilícitos, afirmou negociar diretamente com as empresas que venciam as licitações, após o certame.

As empresas que não aderissem ao pagamento de vantagem indevida ou cessassem unilateralmente o pagamento delas depois não conseguiam novos contratos, porquanto

SÉRGIO MACHADO tinha o poder de ordenar que as empresas não fossem convidadas para as próximas licitações e contratações.

Entre os diversos fornecedores da TRANSPETRO, SÉRGIO MACHADO selecionou alguns que preenchiam os seguintes requisitos: capacidade técnica, preço de mercado, aceitação das regras de fiscalização da TRANSPETRO, proximidade entre ele e seus controladores ou presidentes e aceitação de contribuir com recursos ilícitos.

Nessa linha, selecionou a Queiroz Galvão, a Camargo Corrêa, a Galvão Engenharia, a Estre Ambiental, a Pollydutos, a Essencis Soluções Ambientais, o Estaleiro Rio Tietê, a NM ENGENHARIA e a LUMINA RESÍDUOS INDUSTRIAIS (do grupo ODEBRECHT), que aceitaram pagar vantagem indevida praticamente em base mensal.

O pagamento se dava no exterior ou em espécie, se ao próprio SÉRGIO MACHADO, assim como por doação oficial ou em espécie, se aos políticos da base de apoio a ele.

SÉRGIO MACHADO confessou que os políticos responsáveis pela sua nomeação na TRANSPETRO foram principalmente **RENAN CALHEIROS**, **JADER BARBALHO**, **ROMERO JUCÁ**, **JOSÉ SARNEY** e **EDISON LOBÃO**, **os quais** receberam vantagem indevida repassada por aquele tanto por meio de doações oficiais quanto por meio de dinheiro em espécie. Mesmo antes de celebrar acordo de colaboração premiada, SÉRGIO MACHADO afirmou em interrogatório que o PMDB o apoiava (fls. 430-432).

Igualmente é importante lembrar que SÉRGIO MACHADO gravou conversa que teve com **ROMERO JUCA**, **RENAN CALHEIROS** e **JOSÉ SARNEY**, demonstrando a proximidade entre eles.

Também explicou que esses políticos, quando o procuravam, sabiam que não obteriam dele doação com recursos seus de pessoa física nem da TRANSPETRO (até pela vedação legal), apenas de empresas que com esta tinham relacionamento contratual.

Como não poderia deixar de ser, SÉRGIO MACHADO reconheceu que, ao chamar uma empresa para pagar vantagem indevida a políticos, sabia que isso não era lícito e se relacionava aos contratos com a TRANSPETRO.

SÉRGIO MACHADO afirmou participar de reuniões individuais, mensais ou bimensais, com os políticos e os presidentes e controladores das empresas pagadoras de vantagem indevida para acertar o montante que seria pago. Tais reuniões ocorriam na sede da TRANSPETRO ou, em se tratando de políticos, em Brasília.

(...)

FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS, em depoimento no bojo de acordo de colaboração premiada, também disse que SÉRGIO MACHADO, então presidente da TRANSPETRO, apresentou-se como arrecadador de vantagem indevida para o PMDB ainda em 2008. Mais especificamente, apresentava-se como arrecadador para alguns integrantes do PMDB, mencionando expressamente **RENAN CALHEIROS** e **ROMERO JUCÁ**.

(...)

Demonstrado o apoio político a SÉRGIO MACHADO, para facilitar a compreensão dos fatos mais concretos, inicialmente se trazem os pagamentos por doação oficial da NM ENGENHARIA e NM SERVIÇOS; após, narra-se o pagamento de vantagem indevida mediante doação oficial da pessoa jurídica integrante do grupo empresarial ODEBRECHT” (fls. 1.885-1.907).

Para os fins de apreciar tão somente o juízo de validade da denúncia, a narração supratranscrita esclarece as condições impróprias pelas quais o ora denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros, dentre outros coligados, ofertaram apoio político ao então Presidente da Transpetro S.A., Sérgio Machado, desviando-se, por conseguinte, do exercício regular inerente à sua função parlamentar.

2.2. Assere a defesa, de outro lado, a falta de descrição e de demonstração do *“nexo de causalidade entre o ato de ofício praticado e a*

vantagem ilícita supostamente auferida pelos políticos” (fl. 2.765), insurgindo-se contra a precária comprovação indiciária da comunhão de desígnios formadora do concurso de agentes, hábil a obliterar o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Como adiantado nas linhas anteriores, a solicitação de vantagem indevida, em razão do cargo político ocupado pelo Senador da República José Renan Vasconcelos Calheiros, adveio de explanação satisfatória da exordial acusatória, sendo possível dela extrair, ainda, a forma pela qual o parlamentar teria concorrido à consumação dos ilícitos, qual seja, por intermédio da arrecadação de valores injustificados, bem como os recebendo, ainda que para outrem, sob a roupagem de doações oficiais eleitorais.

A esse respeito, traz a peça de acusação reiterados episódios de doações eleitorais realizadas pelos representantes da empresa NM Engenharia, tendo em vista que *“SÉRGIO MACHADO, a partir do ano de 2008, condicionou a contratação da NM ENGENHARIA ao pagamento de vantagem indevida, inclusive mediante doações oficiais a diversas agremiações partidárias, indicadas pessoalmente pelo então presidente da TRANSPETRO”* (fl. 1.909).

Didaticamente organizada em tópicos (3.2.1 a 3.2.7, fls. 1.918-1.977), a denúncia passa a descrever as doações destinadas a diretórios indicados por todos os políticos então inicialmente denunciados e, n que pertine ao Senador da República José Renan Vasconcelos Calheiros, enumera 3 (três) doações eleitorais a ele destinadas via oblíqua, ante fundadas suspeitas de que o candidato receptor da benesse financeira em suas contas de campanha mantinha vínculo com o ora acusado. É o que se depreende dos trechos consignados às fls. 1.918-1.939 (sem grifos no original):

“(…)

3.2.1 - da vantagem indevida paga por meio do PMDB/Aracaju

No ano de 2008, o Senador da República JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS, com vontade livre e consciente, comunhão de desígnios e divisão de tarefas, solicitou, em razão

do seu cargo, vantagem indevida ao então Presidente da TRANSPETRO, SÉRGIO MACHADO.

Com o propósito de ocultar e dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de valores provenientes, direta ou indiretamente, de prática de crime contra a administração pública, RENAN CALHEIROS e SÉRGIO MACHADO ajustaram o pagamento da vantagem indevida por meio de doação oficial ao Diretório Municipal de Aracaju do PMDB em 2008.

SÉRGIO MACHADO, a seu turno, com vontade livre e consciente, comunhão de desígnios e divisão de tarefas, solicitou a LUIZ FERNANDO NAVE MARAMALDO e NELSON CORTONESI MARAMALDO, administradores da NM ENGENHARIA, o pagamento de vantagem indevida mediante doação oficial ao Diretório Político indicado por RENAN CALHEIROS.

Os ora denunciados NELSON CORTONESI MARAMALDO e LUIZ FERNANDO NAVE MARAMALDO, com vontade livre e consciente, comunhão de desígnios e divisão de tarefas, na condição de diretores das pessoas jurídicas NM ENGENHARIA e NM SERVIÇOS pagaram vantagem indevida antes - na mencionada reunião de 2008 - prometida a SÉRGIO MACHADO ao Diretório Municipal do PMDB de Aracaju, no Estado de Sergipe.

LUIZ FERNANDO NAVE MARAMALDO recebeu de SÉRGIO MACHADO a informação de que doaria ao então Senador ALMEIDA LIMA e deveria procurar uma pessoa de nome RONALDO RAMOS. Este, por telefone, disse que entrasse em contato com o gabinete do Senador ALMEIDA LIMA.

(...) Após falar com a servidora LUCIANA, do gabinete, recebeu os dados de depósito do Diretório Municipal do PMDB de Aracaju e depositou o valor ajustado por meio da NM SERVIÇOS.

(...)

Os valores chegaram ao então candidato ALMEIDA LIMA

(...)

Pesquisas em fontes abertas apontam que ALMEIDA LIMA é aliado de RENAN CALHEIROS, um dos que sustentaram politicamente SÉRGIO MACHADO na TRANSPETRO. Com efeito, ALMEIDA LIMA arquivou processo por quebra de decoro contra RENAN CALHEIROS no caso MÔNICA VELOSO pelos mesmos fatos em razão dos quais o Supremo Tribunal Federal o tornou réu.

SÉRGIO MACHADO também afirmou que ALMEIDA LIMA é muito ligado a RENAN CALHEIROS e que este pediu o pagamento de vantagem indevida mediante doações a correligionários políticos.

(...)

Portanto, confirma-se que o ora denunciado RENAN CALHEIROS, com vontade livre e consciente, solicitou a SÉRGIO MACHADO o pagamento de vantagem indevida de empresas contratadas pela TRANSPETRO dissimuladamente, mediante doação oficial destinada ao então candidato ALMEIDA LIMA”.

Mediante similar *modus operandi*, sustenta a acusação, nos itens 3.2.2 e 3.2.3, o contexto da “*vantagem indevida paga por meio do PMDB/TO*” e da “*vantagem indevida paga por meio do PSDB/AL*”, concluindo-se que também essas doações estiveram vinculadas “a pessoas ligadas a RENAN CALHEIROS, indicado por SÉRGIO MACHADO como de sua base de sustentação política na TRANSPETRO” (fls. 1.932 e 1.939, com o acréscimo de grifos).

No que toca à primeira dessas (PMDB/TO), ressalta que “os R\$ 150.000,00 doados pela NM Serviços em 27/9/2010 ao Diretório Estadual do PMDB em Tocantins chegaram integralmente à campanha a Deputado Federal de LEOMAR DE MELO QUINTANILHA em 1/10/10, ou seja, em apenas 4 dias úteis” (fl. 1.932); quanto à segunda (PSDB/AL), “apenas dois dias depois, em 29/9/10, R\$ 100.000,00 desse dinheiro [direcionado ao Comitê Financeiro do PSB em Alagoas] são transferidos ao candidato a Deputado Estadual INÁCIO LOIOLA DAMASCENO FREITAS”.

Todos esses políticos, segundo assenta o Ministério Público Federal, seriam interligados ao denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros. Seguem os trechos alusivos a Leomar de Melo Quintanilha (fls. 1.928-1.932, com o acréscimo de grifos):

“(…)

LUIZ FERNANDO NAVE MARAMALDO confirmou que recebeu de SÉRGIO MACHADO orientação para pagamento de vantagem indevida, em forma de doação oficial, ao Diretório Estadual do PMDB do Tocantins, tendo ainda indicado como intermediário a contactar a pessoa de BRUNO MENDES.

(…)

Consoante os Relatórios de Pesquisa ns. 152/2017 e 168/2017, BRUNO MENDES é filiado ao PMDB de Alagoas. Também foi servidor do Senado Federal, mais especificamente do gabinete de RENAN CALHEIROS, um dos solicitadores de vantagem indevida indicados por SÉRGIO MACHADO e seu apoiador no cargo de presidente da TRANSPETRO.

Em medida cautelar de busca e apreensão (Ação Cautelar n. 4314), apreenderam-se documentos e mídias demonstrando a relação entre RENAN CALHEIROS e BRUNO MENDES. De fato, havia um CD com a etiqueta ‘chantagem MÔNICA VELOSO 2007’ e outro identificado como ‘TCU 017-586/2009-01’ (Ação Cautelar n. 4314, fls. 148-153). No processo do TCU, consta entre os requeridos JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO.

SÉRGIO MACHADO e RICARDO PESSOA afirmaram conhecer BRUNO MENDES como assessor de RENAN CALHEIROS.

O próprio RENAN CALHEIROS, em declarações escritas, disse conhecer BRUNO MENDES desde 1990, que ele foi advogado de sua campanha eleitoral nesse ano, posteriormente assessor no Senado, advogado do Diretório Estadual do PMDB de Alagoas em 2015 e 2016 e que até hoje é consultado sobre temas eleitorais.

Demais disso, o Relatório de Análise 019/2017 da

SPEA/PGR mostra que os R\$ 150.000,00 doados pela NM Serviços em 27/9/2010 ao Diretório Estadual do PMDB em Tocantins chegaram integralmente à campanha a Deputado Federal de LEOMAR DE MELO QUINTANILHA em 1/10/10, ou seja, em apenas 4 dias úteis:

‘Chama atenção que em 2010, ano da doação sob análise, o então Senador da República Leomar Quintanilha (PMDB/TO) era aliado fiel do Senador Renan Calheiros (PMDB/AL).

Em 2007, na condição de Presidente do Conselho de Ética do Senado Federal, Leomar Quintanilha arquivou sumariamente as duas representações contra Renan Calheiros nas investigações sobre pagamento de pensão por uma empreiteira em favor da filha de Renan Calheiros e Mônica Veloso.

Em 2009 Leomar Quintanilha foi indicado por Renan Calheiros para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito denominada CPI da Petrobras.’

SÉRGIO MACHADO também afirmou que LEOMAR QUINTANILHA é ligado a RENAN CALHEIROS e que este por vezes pedia doações a correligionários políticos.

Então, novamente, vê-se a vinculação dessa doação a pessoas ligadas a RENAN CALHEIROS, indicado por SÉRGIO MACHADO como de sua base de sustentação política na TRANSPETRO”.

Portanto, descritas satisfatoriamente as condutas delituosas, com a correspondente indicação do acervo probatório, impõe-se reconhecer que a denúncia apresenta-se formalmente apta ao exercício do direito à ampla defesa garantido pelo art. 5º, LV, da Constituição Federal.

Ademais, como sabido, a inépcia da denúncia deve ser reconhecida desde logo apenas quando o relato da acusação deixar de individualizar as condutas, estabelecer nexo de causalidade ou estiver desprovido de suporte indiciário mínimo, circunstâncias, repiso, não verificadas nesta hipótese.

Ressalto, nessa direção, que a ordem constitucional vigente impõe ao

dominus litis a indicação de modo nítido e preciso dos fatos penalmente relevantes que possam ser atribuídos aos acusados e suas respectivas circunstâncias, não sendo considerada “*inepta a denúncia que, em respeito ao art. 41 do Código de Processo Penal, descreve o fato imputado ao réu com todas as circunstâncias que possibilitem a individualização da conduta e o exercício da ampla defesa*” (AP 971, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 11.10.2016). Outros precedentes desta Suprema Corte (g.n.):

“Inquérito. Competência originária. Penal e Processual Penal. (...) **9. Inépcia da denúncia. São aptas as denúncias que descrevem suficientemente os fatos e a contribuição dos imputados (...)**”(g.n.) (INQ 3.204, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 23.6.2015).

“INQUÉRITO. IMPUTAÇÃO DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 317 E 333 DO CÓDIGO PENAL E NO ART. 1º, V, DA LEI 9.613/1998. (...) **INÉPCIA DA DENÚNCIA. REJEIÇÃO. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADOS. SUBSTRATO PROBATÓRIO MÍNIMO PRESENTE. ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DENÚNCIA RECEBIDA. (...) 3. O juízo de recebimento da denúncia é de mera delibação, jamais de cognição exauriente. Não se pode, portanto, confundir os requisitos para o recebimento da denúncia, delineados no art. 41 do Código de Processo Penal, com o juízo de procedência da imputação criminal. 4. No caso, a denúncia contém a adequada indicação das condutas delituosas imputadas, a partir de elementos aptos a tornar plausível a acusação, o que permite o pleno exercício do direito de defesa.(...)**” (g.n.) (INQ 3.984, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, julgado em 6.12.2016).

“INQUÉRITO. IMPUTAÇÃO DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 317, § 1º, C/C ART. 327, § 2º, DO CÓDIGO PENAL, ART. 1º, V, e § 4º, DA LEI 9.613/1998, ART. 22, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 7.492/1986 E ART. 350 DA LEI 4.737/1965, NA

FORMA DO ART. 69 DA LEI PENAL. (...) INÉPCIA DA PEÇA ACUSATÓRIA POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. AFASTAMENTO. DESCRIÇÃO SUFICIENTE DAS CONDUTAS ATRIBUÍDAS AO DENUNCIADO, ASSEGURANDO-LHE O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. MAJORANTE DO ART. 327, § 2º, DO CP. EXCLUSÃO. DENÚNCIA PARCIALMENTE RECEBIDA. (...) **4. Tem-se como hábil a denúncia que descreve todas as condutas atribuídas ao acusado, correlacionando-as aos tipos penais declinados. Ademais, não é lícito ao Juiz, no ato de recebimento da denúncia, quando faz apenas juízo de admissibilidade da acusação, conferir definição jurídica aos fatos narrados na peça acusatória. Poderá fazê-lo adequadamente no momento da prolação da sentença, ocasião em que poderá haver a emendatio libelli ou a mutatio libelli, se a instrução criminal assim o indicar (HC 87324, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJe de 18.5.2007) (...)” (g.n.) (INQ 4.146, Rel. Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 22.6.2016).**

Refutadas, com essas considerações, as prefaciais de inépcia da peça acusatória aventadas pela defesa, passo ao exame da denúncia. Adiantando que o transcurso deste voto aponta o recebimento, em parte, da proposta acusatória.

3. Recordo, nesse sentido, que o juízo de deliberação acerca do recebimento da denúncia consiste em ato judicial com pressupostos e requisitos previstos no art. 41 e no art. 395 do Código de Processo Penal e, pertinente à ação penal de competência originária do Tribunal (Lei 8.038/1990, art. 1º a art. 12), também no art. 397 do mesmo Diploma Legal (HC 116.653, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 11.4.2014). É juízo de deliberação e não de cognição exauriente, inexistindo qualquer propósito de formação de culpa nessa fase preambular.

Relevante consignar, ainda, que o denunciado defende-se dos fatos

INQ 4215 / DF

subjacentes à acusação, e não da mera classificação jurídica a eles atribuída (INQ 3.113, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 6.2.2015), sobressaindo, nessa linha, o requisito da justa causa (CPP, art. 395, III), a qual exige *“suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação e se traduz na existência, no inquérito policial ou nas peças de informação que instruem a denúncia, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e indícios razoáveis de autoria”* (INQ 3.719, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 30.10.2014).

Logo, compete ao julgador, neste momento processual, tão só analisar a existência de material probatório suficiente a embasar a peça acusatória e atestar a presença dos requisitos mínimos necessários ao seu recebimento.

Na situação em análise, insisto, a exordial acusatória atende aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, pois narra, de forma adequada, a prática, pelo acusado, das seguintes condutas típicas: corrupção passiva majorada (art. 317, § 1º, do Código Penal, nos moldes do art. 327, § 2º, daquele diploma legal) e lavagem de dinheiro (art. 1º, V e § 4º, da Lei 9.613/1998, na redação anterior à modificação da Lei 12.683/2012), na forma do art. 29, art. 69 e art. 71 do Código Penal (concurso de pessoas, concurso material de crimes e continuidade delitiva).

Vale trazer à baila a redação dos referidos dispositivos penais:

“Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional”.

“Art. 327 - (...)

§ 2º A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público”.

“Lei 9.613/1998 (redação anterior à modificação da Lei 12.683/2012)

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

V - contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;

(...)

Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa”.

4. Conforme adiantado, os eventos em análise foram deflagrados a partir do depoimento de Sérgio Machado, em sede de acordo de colaboração premiada celebrado com a Procuradoria-Geral da República, no qual foi revelado seu protagonismo na gerência de contratos firmados com empresas pré-selecionadas a fim de atender às súlicas financeiras advindas dos políticos responsáveis pela sua permanência na presidência da subsidiária da Petrobras S.A. (Transpetro S. A.).

Em linhas gerais, os fatos teriam ocorrido nos anos de 2008 e 2010, e envolveram, de um lado, solicitação de vantagem indevida ao então Presidente da Transpetro S.A., Sérgio Machado, por parte do Senador da República José Renan Vasconcelos Calheiros e dos ex-congressistas Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá Filho, José Sarney e Valdir Raupp de Matos e, de outro, o pagamento dessas pretensões monetárias por parte dos administradores da empresa NM Engenharia, Nelson Cortonesi Maramaldo e Luiz Fernando Nave Maramaldo, e do diretor da empresa Lumina, antiga Odebrecht Ambiental, Fernando Luiz Ayres da Cunha

Santos Reis.

Em decisão proferida em 1º.2.2019, deferi pedido da Procuradoria-Geral da República para declarar extinta a punibilidade do denunciado José Sarney, o fazendo, por idênticos fundamentos, também com relação ao denunciado Garibaldi Alves Filho, em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal para os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ainda, nessa mesma ocasião, determinei a cisão processual quanto aos demais denunciados, de modo que, remanesce à supervisão desta Suprema Corte somente o processamento dos fatos pertinentes ao Senador da República José Renan Vasconcelos Calheiros, na condição de único denunciado detentor de prerrogativa de foro perante esta Corte nesta data.

Apresentado esse panorama jurídico processual, prossigo o exame que ora se determina, registrando que, segundo a Procuradoria-Geral da República, os fatos em apreço reproduziram a *“sistemática de apoio político a diretores de estatais com o fim de obtenção de pagamento de vantagem indevida”* (fl. 1.898) revelada no bojo das investigações irrompidas na operação policial de repercussão nacional que vitimou a Petrobras S.A.

Nessa toada, enfatiza a denúncia, de início, a existência de *“verdadeira organização criminosa, espelhada na estrutura de Estado, com núcleos autônomos, posto que interdependentes, em verdadeira e típica organização nodal”*, sublinhando que *“os dirigentes dos órgãos públicos e empresas estatais eram adredemente indicados, nomeados e mantidos nos cargos por agentes políticos sob o compromisso espúrio de obter vantagens indevidas dos respectivos contratados e fornecedores de produtos e serviços, direcionadas tanto para agremiações políticas e campanhas eleitorais, visando à permanência desses agentes públicos no poder, quanto para outras finalidade de satisfação pessoal de seus beneficiários”* (fls. 1892-1893).

Concernente a esse introito acusatório, a defesa técnica tece ponderações acerca da *“necessidade do distinguish em relação aos casos análogos envolvendo o PMDB”* no âmbito dessa operação, sob pena de incidir a acusação em censurável *“criminalização partidária”* (fl. 2.642), ao tempo em que também lança contundentes críticas em torno do padrão

de diligências implementadas naquela famosa investigação, da qual diz ser o parlamentar denunciado vítima de perseguição.

Ao contrário dessa avaliação defensiva, a digressão fática trilhada pela Procuradoria-Geral da República (fls. 1.886-1.889) intenta apenas demonstrar as especiais circunstâncias em que ocorreram os referidos delitos imputados, eis que espelhados no antes sublinhado “*modelo criminoso de funcionamento da máquina estatal*” (fl. 1.899), tudo somente a permitir melhor compreensão da acusação em relação a fatos que se desdobraram daquela genuína investigação, em absoluto prestígio à ampla defesa.

Não se desconhece, aliás, que as condutas imputadas nesta investigação criminal ao acusado José Renan Vasconcelos Calheiros não se confundem com o pertencimento à organização criminosa referida, mas se amoldam especificamente aos crimes de corrupção passiva e de lavagem de capitais.

Ademais, conforme entendimento já sedimentado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, “*a colaboração premiada, como meio de obtenção de prova, tem aptidão para autorizar a deflagração da investigação preliminar, visando adquirir coisas materiais, traços ou declarações dotadas de força probatória. Essa, em verdade, constitui sua verdadeira vocação probatória*” (INQ 4.074, Rel. p Acórdão Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, Dje 17.10.2018).

Não fosse isso, os fatos versados nos Termos de depoimento colhidos em colaboração premiada estão secundados por elementos de corroboração, a saber: (i) manuscrito de Sérgio Machado (reproduzido à fl. 1.927 da denúncia); (ii) comprovantes de depósito bancário na conta dos Diretórios Eleitorais (fl. 1.920, fls. 1.928-1.929 e fl. 1.936 da denúncia); (iii) extratos telefônicos com registro de ligação aos terminais indicados no âmbito do acordo de colaboração premiada (transcritos à fl. 1.921 e fl. 1.930 da exordial); (iv) resultado de diligências cautelares (transcritos à fl. 1.925 e fl. 1.931 da denúncia); e (v) Relatórios de Pesquisa elaborados pela Procuradoria-Geral da República (transcritos às fls. 1.922-1.923, fls. 1.930-1.932 e fls. 1.937-1.938 da inicial acusatória), dando conta dos vínculos

INQ 4215 / DF

havidos entre o denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros e pessoas mencionadas na exordial.

Não assiste razão à defesa do acusado José Renan Vasconcelos Calheiros quando tacha como prematura a denúncia oferecida “5 (cinco) dias após a deliberação do plenário do STF” pela sua permanência na Presidência do Senado Federal, assinalando estar “desacompanhada dos autos do inquérito e ainda em curso o prazo de sessenta dias para cumprimento de diligências não implementadas, requeridas pelo próprio autor da peça acusatória, sem a presença do relatório conclusiva da autoridade policial” (fl. 2.671), atribuindo-lhe, por essas razões, a pecha de mera perseguição política.

De fato, essa argumentação não detém agasalho nos autos, tendo em vista que, no caso vertente, a denúncia foi protocolada em 25.8.2017, sendo que o relatório final do inquérito jamais adveio ao caderno processual.

Mesmo que assim não fosse, a propositura de toda e qualquer ação penal sequer pressupõe a instauração de inquérito policial, podendo a inicial acusatória estar instruída somente com elementos indiciários diversos, desde que hábeis a formar a *opinio delicti* ministerial.

Em caso análogo, o Pleno da Suprema Corte proclamou categoricamente que “se o titular da ação penal entende que há indícios mínimos de autoria e materialidade dos fatos tidos como criminosos, ele pode oferecer a denúncia antes de concluídas as investigações. A escolha do momento de oferecer a denúncia é prerrogativa sua” (INQ 2.245/MG, Rel. Joaquim Barbosa, Pleno, j. 28.8.2007).

Invocando idêntica orientação, esta Segunda Turma, em recente julgado, reiterou que “o momento do oferecimento da denúncia é providência que se situa no âmbito da prerrogativa do Ministério Público, o qual, todavia, arcará com o ônus da rejeição da peça acusatória, por falta de justa causa, caso ofereça denúncia sem dispor de elementos probatórios suficientes à configuração dos necessários indícios de autoria e materialidade” (INQ 4.216, da qual fui Relator, Dje 20.2.2018).

Desse modo, como consectário da eventual oferta de denúncia

INQ 4215 / DF

destituída de elementos comprobatórios, exsurge a ausência de justa causa à persecução penal em juízo.

Anoto, de passagem, que a decisão de rejeição da denúncia outrora prolatada contra o denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros nos autos do INQ 4.216 (Dje 20.2.2018) não logrou sugerir a prática, por parte do titular da ação penal, de perseguição política contra o aqui também acusado, mas teve fundamento na ausência de justa causa, a reforçar as balizas indispensáveis ao desempenho da função institucional do Ministério Público na promoção da ação penal pública consagrado no art. 129, I, da Constituição Federal.

Trilhando essa linha de raciocínio, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal assentou, à unanimidade, que, *“apesar de formalmente apta, a proposta acusatória sucumbe diante da fragilidade dos elementos de informação apresentados para lhe dar suporte, circunstância que evidencia a impossibilidade da deflagração de uma ação penal desprovida de justa causa, nos termos do art. 6º, caput, da Lei n. 8.038/1990, c/c art. 395, III, do Código de Processo Penal”* (INQ 4.216, de minha relatoria, Dje de 20.2.2018).

5. Retornando especificamente ao caso em concreto, depreende-se da peça acusatória, ao menos na avaliação necessária à fase processual, que a influência direta do congressista acusado perante a Presidência da Transpetro S.A. pode ter-lhe rendido a oportunidade de recebimento, para si ou para outrem, de percentuais calculados sobre contratos celebrados entre a empresa NM Engenharia e aquela subsidiária estatal, travestidos de doações eleitorais oficiais.

À reconstrução fática do panorama político existente à época, a denúncia apresenta conjunto de evidências formado pelo depoimento de colaboradores e por elementos de prova mutuamente harmônicos e complementares.

Em perspectiva mais ampla, eis o introito apontado pelo colaborador Sérgio Machado, então Presidente da Transpetro S.A. (Termo de Colaboração nº 1, apenso 3, com o acréscimo de grifos):

“(…)

Assumi o cargo de presidente da Transpetro em junho de

2003 e permaneceu até novembro de 2014 no exercício da presidência, entrando então em licença e se desligando em definitivo em fevereiro ou março de 2015;

(...)

QUE o depoente, como presidente da Transpetro, administrava com duas diretrizes: extrair o máximo possível de eficiência das empresas contratadas pela estatal, tanto em qualidade quanto em preço, e extrair o máximo possível de recursos ilícitos para repassar aos políticos que o garantiam no cargo;

(...)

QUE as empresas selecionadas pelo depoente e que aceitaram pagar propina foram Queiroz Galvão, Camargo Corrêa, Galvão Engenharia, NM Engenharia, Estre Ambiental, Pollydutos, Essencis Soluções Ambientais, Lumina Resíduos Industriais Estaleiro Rio Tietê; QUE essas empresas aceitaram pagar propina praticamente em base mensal;

(...)

QUE os políticos responsáveis pela nomeação do depoente para a Transpetro foram Renan Calheiros, Jader Barbalho, Romero Jucá, José Sarney e Edison Lobão; QUE estes políticos receberam propina repassada pelo depoente tanto por meio de doações oficiais quanto por meio de dinheiro em espécie”.

Previamente à celebração do acordo de colaboração premiada datado de maio de 2016, Sérgio Machado já evidenciara, em anterior depoimento prestado perante a autoridade policial no dia 26.6.2015 - quando não admitiu qualquer ilicitude em suas ações -, o apoio partidário para a assunção da presidência da Transpetro S.A. (fls. 430-432, vol. 3):

“(...)

QUE, após as eleições ao governo do Estado do Ceará, o **declarante foi indicado pelo PMDB nacional para ocupar a presidência da TRANSPETRO**; QUE atribui essa indicação não só à afinidade partidária, mas também à capacidade de gestão que havia demonstrado ao longo de sua vida pública;

(...)

QUE o declarante conhece RENAN CALHEIROS desde a época em que ambos cumpriam mandatos parlamentares na Câmara dos Deputados, relação essa que perdurou no período em que o declarante e RENAN CALHEIROS foram Senadores da República, em períodos coincidentes;

(...)

QUE, conforme já dito, a nomeação do declarante decorreu de indicação do PMDB, do qual fazia parte o Senador RENAN CALHEIROS; QUE, no entanto, tal indicação foi resultado de uma avaliação do próprio partido, por seus líderes, membros e dirigentes, não se podendo atribuí-la a uma pessoa ou outra”.

Ao lado do enredo proposto pela acusação, visualiza-se documentos que corroboram a citada proximidade entre Sérgio Machado e políticos da cúpula do antes denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), destacando-se, dentre aqueles que impactam diretamente o aqui denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros, o Relatório de Análise de Polícia Judiciária 129/2016 (fls. 1.361-1.385), no qual constam *“17 visitas na Transpetro, entre 2009 e 2014, de Renan Calheiros, de seu filho José Renan Vasconcelos Calheiros Filho e de seu servidor Everaldo França Ferro”* (fl. 1.904).

Agora se reportando expressamente a Everaldo França Ferro, Sérgio Machado alude ao fato de que *“no caso do Senador Renan Calheiros, quando por algum motivo o depoente não podia ir a Brasília se encontrar com ele para passar os dados, o senador enviava um representante à Transpetro no Rio de Janeiro para obter as informações, que se chamava Everaldo; que era o próprio depoente que recebia Everaldo e entregava a ele o envelope”*, tendo-o recebido *“na Transpetro duas ou três vezes”* (Termo de Colaboração n. 6, Apenso 11).

O próprio acusado José Renan Vasconcelos Calheiros confirma ser Everaldo França Ferro *“servidor antigo do gabinete do denunciado”* (fl. 2.705), muito embora reputa extemporâneos os correspondentes registros de entrada nas dependências da Transpetro S.A., eis que ocorridos no ano de 2014 (fl. 1.364), como, aliás, inserto na peça acusatória.

Ainda para o titular da ação penal, depoimentos de envolvidos que supostamente atuavam em distintas frentes do cenário delitivo revelado pela operação que vitimou a Petrobras S.A., dentre os quais o ex-parlamentar Delcídio do Amaral, o diretor da estatal Paulo Roberto Costa e o presidente do Grupo UTC, Ricardo Pessoa, convergem no sentido do apoio prestado por José Renan Vasconcelos Calheiros à manutenção de Sérgio Machado na presidência da Transpetro S.A.

Antes das declarações de Sérgio Machado, narra Delcídio do Amaral: *“Indagado em relação aos fatos tratados no anexo 28 - Bancada do PMDB no Senado - afirmou o seguinte: a bancada do PMDB no Senado tem um núcleo duro composto por Renan, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Raupp e Lobão; (...) que, no caso da Transpetro, Sérgio Machado, nos quase dez anos que dirigiu esse empresa construiu quase um monopólio e verticalizou a sua gestão de modo a ter um amplo controle sobre aquilo que era realizado na empresa; que Sérgio Machado é pessoa indicada por Renan e chegava a despachar na casa deste; que não pode provar que Sérgio Machado recebeu propina, mas por sua proximidade com Renan, o tempo de permanência e os níveis das contratações realizadas pela Transpetro, considera que valores relacionados a contratos dessa empresa foram repassados a políticos a título de propina; (...) que, sem dúvida Sérgio Machado era um homem de Renan na Transpetro”* (Termo de Depoimento n. 15, transcrito à fl. 1.905 da denúncia).

Compatível com essa mesma descrição, afigura-se o quanto narrado, também anteriormente a Sérgio Machado, por Paulo Roberto Costa (Termo de Depoimento n. 6, fls. 38-39):

“(…)

QUE, ainda em relação a RENAN CALHEIROS afirma que o mesmo seria o responsável pela manutenção de JOSÉ SERGIO DE OLIVEIRA MACHADO no cargo de presidente da TRANSPETRO, sendo ele o único que permanece na empresa desde 2003 até a presente data sendo os demais, tanto dirigentes da TRANSPETRO como da PETROBRAS substituídos no período; QUE, a TRANSPETRO possui um orçamento bastante significativo, (...) QUE, tem conhecimento

de que um percentual dos valores envolvidos nos contratos da TRANSPETRO são canalizados para o senador RENAN CALHEIROS, com quem JOSÉ SERGIO DE OLIVEIRA MACHADO se reúne periodicamente em Brasília”.

Sobressai, em igual perspectiva, inserto relevante contido na peça exordial de que *“Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis [executivo do Grupo Odebrecht], em depoimento no bojo de acordo de colaboração premiada, também disse que Sérgio Machado, então presidente da Transpetro, apresentou-se como arrecadador de vantagem indevida para o PMDB ainda em 2008. Mais especificamente, apresentava-se como arrecadador para alguns integrantes do PMDB, mencionando expressamente RENAN CALHEIROS e Romero Jucá”* (fl. 1.906).

Mais uma vez, a indicar o apoio estabelecido pelos políticos responsáveis pela sustentação de Sérgio Machado no cargo, dentre os quais sempre mencionado o ora denunciado, averba a acusação que *“Sérgio Machado gravou conversa que teve com Romero Jucá, Renan Calheiros e José Sarney, demonstrando a proximidade entre eles”* (fl. 1.903, mídia - doc. 14), em diálogo que, segundo a defesa, *“sequer adentrou ao tema ou instigou qualquer conversa referente às doações eleitorais, muito menos demonstrou intimidade ou abertura para tratar do tema, ainda que superficialmente”* (fl. 2.700).

Sem embargo dessa ponderação defensiva, o referido elemento de corroboração anexado pelo colaborador Sérgio Machado cinge-se simplesmente a ratificar a mencionada proximidade mantida com o denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros e com outros políticos, muito embora não tratem, de fato, da prática das infrações penais em apuração.

Reunidos, portanto, esses elementos, exsurge contexto factível à versão acusatória de que a interação política entre o denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros e Sérgio Machado não se justificava unicamente pelo fato de serem colegas de Senado Federal – como quer fazer crer a defesa -, mas poderia ser constantemente fomentada por favorecimentos recíprocos indevidos. Se, de um lado, Sérgio Machado

desfrutava do prestígio de presidir a Transpetro S.A., por outro, apresentava-se como arrecadador indevido para o denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros, um dos políticos responsáveis por mantê-lo no cargo.

Da mesma forma, o relatado quadro não leva ao convencimento de que o colaborador Sérgio Machado engendrara *“projeto de poder político e financeiro em causa própria”*, em função do qual *“procurava obter dados bancários e os entregava às empresas com as quais mantinha negócios, para que realizassem doações de campanha segundo critérios que ele mesmo estabelecia, visando ampliar sua importância política”* (fl. 2.689). Ao contrário, em uma avaliação escalonada, esse preambular quadro indiciário sinaliza o sustento político oferecido por José Renan Vasconcelos Calheiros na manutenção de Sérgio Machado na presidência da Transpetro S.A., mormente quando reforçado pelas provas de que o imputado se servia dos obséquios prestados por Sérgio Machado na direção e em razão da subsidiária estatal logo mais verticalizadas.

6. No que concerne ao *modus operandi* de arrecadação de recursos ilícitos pagos mediante doação oficial, tem-se que, em decorrência da intensa abordagem realizada por políticos responsáveis pela indicação e sustentação de Sérgio Machado no comando da Transpetro S.A., o colaborador admite o estratégico intuito de obter, na gestão daquela empresa subsidiária, *“o maior volume possível de recursos ilícitos, tanto para campanhas eleitorais quanto para outras finalidades”* (fl. 1.900). Em síntese, menciona o colaborador que:

“(...) esses políticos procuravam o depoente porque ele era presidente da Transpetro e tinha como amealhar recursos; QUE quando chamava uma empresa para instruí-la a fazer doação oficial a um político, o depoente sabia que isso não era lícito e que a empresa fazia a doação em razão dos contratos que tinha com a Transpetro; QUE existem doações oficiais feitas licitamente por empresas, mas as que o depoente obteve não o eram; QUE o depoente fazia reuniões individuais, mensais ou bimensais, com os políticos e os presidentes e controladores

das empresas pagadores de propina para acertar o montante que seria pago” (g.n.) (Termo de Colaboração n. 1 de Sérgio Machado).

Os autos revelam que impulsionado pelos interesses dos políticos envolvidos, Sérgio Machado solicitou os préstimos financeiros dos administradores das pessoas jurídicas NM Engenharia e NM Serviços, Nelson Cortonesi Maramaldo e Luiz Fernando Nave Maramaldo, sob a forma de pagamento de percentual do contrato de obra de porte *“justificando o pedido com a existência de ‘acordos políticos muito sérios’”,* o que culminou com o pagamento de *“vantagem indevida mediante doações oficiais”* (fls. 1.907-1.908).

Por reiteradas oportunidades, os responsáveis pela empresa NM Engenharia eram chamados a contribuir, sendo-lhes padronizado o modo de agir. Segundo o versado pelo titular da ação penal, *“Luiz Fernando Maramaldo destacou, outrossim, que Sérgio Machado, a partir do ano de 2008, condicionou a contratação da NM Engenharia ao pagamento de vantagem indevida, inclusive mediante doações oficiais a diversas agremiações partidárias, indicadas pessoalmente pelo então presidente da Transpetro”* (fl. 1.909).

Detalha a denúncia, a esse propósito, que:

“(…)

Sérgio Machado, em uma primeira reunião na Transpetro em 2008, participou a Luiz Maramaldo a necessidade de doações a diretórios políticos, em montante a se abater dos 5,5% da planilha de vantagem indevida.

Nessa ocasião, Sérgio Machado repassou o diretório político que receberia a doação, o valor da vantagem indevida e o número da conta-corrente, assim como o nome dos intermediários para ajustar os detalhes dos pagamentos. Tais dados foram anotados em papeis apresentados pelos colaboradores da NM Engenharia. O então presidente da Transpetro pediu que a empresa doadora não tivesse contratos com a Petrobras, motivo pelo qual utilizaram a NM Serviços. Luiz Maramaldo deveria telefonar a pessoas específicas para

obter alguns dados e avisar que fez o depósito. Tais doações foram efetuadas, contabilizadas e registradas na Justiça Eleitoral.

(...)

Logo, as doações constituíram pagamento de vantagem indevida a pedido de Sérgio Machado, o qual afirmava que o dinheiro era 'carimbado', isto é, previamente determinado como sendo para político A, B ou C, embora não dissesse em regra - sendo citados excepcionalmente Romero Juca e Almeida Lima - os nomes das pessoas" (fls. 1.909-1.910).

Para além de confirmar os fatos descritos na exordial acusatória, Nelson Cortonesi Maramaldo - fundador da empresa NM Engenharia - ressalta que *"Sérgio Machado disse expressamente que não convidaria mais o depoente para nada se não pagasse a propina"* (fl. 1.908), impondo-lhe tal condição como único modo de lograr, dali para frente, contratos perante a Transpetro S.A.

Convergente é o depoimento de Luiz Fernando Nave Maramaldo, administrador do aludido grupo empresarial, ao destacar que o pagamento de vantagem indevida mediante doação oficial a diversas agremiações partidárias indicadas por Sérgio Machado funcionou como requisito inarredável para contratações de tal jaez, explicitando que *"deveria telefonar a pessoas específicas para obter alguns dados e avisar que fez o depósito"* em forma de doações eleitorais *"devidamente contabilizadas e registradas na Justiça Eleitoral"* (fl. 1.910).

De fato, os dados de registro de entrada nas dependências da Transpetro S.A. confirmam as apontadas visitas de Nelson Cortonesi Maramaldo e Luiz Fernando Nave Maramaldo a Sérgio Machado, em data pertinente a que firmados os acertos delitivos (anos de 2008 e 2010), conforme o já mencionado Relatório de Análise de Polícia Judiciária 129/2016 (fls. 1.361-1.385).

Registro que, embora vários dos registros de entrada dos representantes da empresa NM Engenharia constassem visita a Alexandra Costa Santos, o próprio Sérgio Machado assumira, em seu

depoimento, ter sido ele a pessoa realmente encontrada (fl. 1.914 da denúncia e mídia - doc. 21).

7. Assentadas, desse modo, evidências das combinações prévias destinadas a arrecadar, por parte do colaborador Sérgio Machado “o maior volume possível de recursos ilícitos, tanto para campanhas eleitorais quanto para outras finalidades” (fl. 1.900), passo a aferição do conteúdo indiciário relativo aos políticos destinatários dos recursos financeiros ofertados pelos administradores da NM Serviços e do seu potencial a impactar negativamente o aqui acusado José Renan Vasconcelos Calheiros na condição de um dos políticos responsáveis pela manutenção do colaborador no cargo.

Rememoro, com efeito, as assertivas de Sérgio Machado alusivas especificamente ao Senador da República José Renan Vasconcelos Calheiros (Termo de Depoimento 6, apenso 11):

“(…)

QUE o depoente passou a ter maior proximidade com RENAN CALHEROS quando foi líder do PSDB no Senado; QUE o depoente se reunia com ele com periodicidade aproximada quinzenal para discutir assuntos políticos e a conjuntura nacional; QUE as reuniões normalmente ocorriam na casa de RENAN CALHEIROS; (...) QUE em certa ocasião, em 2004 ou 2005, RENAN CALHEIROS disse que precisava manter sua estrutura e suas bases políticas e perguntou ao depoente se não poderia colaborar, ficando subentendido que essa colaboração haveria de ser obtida das empresas que tinham contratos com a TRANSPETRO; QUE o contexto evidenciava que RENAN CALHEIROS não esperava que o depoente fizesse aportes de seus recursos próprios como pessoa física, e sim que o depoente, na qualidade de dirigente de empresa estatal, solicitasse propinas de empresas que tinham contratos com a TRANSPETRO e as repassasse; QUE os dois acertaram que o depoente procuraria repassar esses recursos ilícitos para RENAN CALHEIROS; QUE o depoente se reunia mensalmente ou bimestralmente com RENAN

CALHEIROS para tratar dos recebimentos de propina; QUE o depoente administrava a arrecadação de propinas na forma de um fundo virtual, apurando mensalmente os créditos junto as empresas que tinham contrato com a TRANSPETRO e decidindo os repasses conforme as circunstâncias; (...) QUE inicialmente os repasses para RENAN CALHEIROS eram erráticos, sem periodicidade definida, mas se tornaram anuais em 2008, quando o depoente passa a repassar a RENAN CALHEIROS cerca de R\$ 300 mil por mês durante dez ou onze meses por ano; QUE, em anos eleitorais esses valores eram acrescidos do pagamento de propina na forma de doações oficiais obtidas de empresas que tinham contratos com a TRANSPETRO; (...) QUE os pagamentos foram efetuados, salvo engano, de 2004 ou 2005 a julho ou agosto de 2014; QUE as propinas foram pagas - tanto na forma de doações oficiais quanto na de entregas de dinheiro em espécie - pelas empresas que tinham contratos com a TRANSPETRO; (...) QUE depois de 2007 a sistemática de entrega de dinheiro em espécie passou a funcionar da seguinte maneira: o depoente recebia diretamente do dono ou do presidente da empresa que iria fazer o pagamento o codinome de seu intermediário, o endereço, a data e o intervalo de hora na qual o pagamento deveria ser feito; QUE o depoente não falava sobre o assunto com executivos da empresa pagadora de escalão inferior ao presidente; QUE o depoente então passava para a empresa o codinome do intermediário do político que receberia, o qual o depoente inventava na hora, consistindo sempre em nomes próprios; QUE o próximo passo era entregar para o político um papel com todos esses dados, para que ele pudesse providenciar o recebimento; QUE no caso do Senador RENAN CALHEIROS, quando por algum motivo o depoente não podia ir à Brasília se encontrar com ele para passar os dados, o senador enviava um representante à TRANSPETRO no Rio de Janeiro para obter as informações, que se chamava EVERALDO; QUE era o próprio depoente que recebia EVERALDO e entregava a ele o envelope; QUE EVERALDO deve ter registros

de entrada na TRANSPETRO; (...) QUE recebeu EVERALDO na TRANSPETRO duas ou três vezes; QUE as reuniões em Brasília eram marcadas por meio dos funcionários do gabinete do Senador RENAN CALHEIROS, cujos nomes eram JUAREZ, DILENE e MARCÃO sempre ocorriam na casa do senador, na QL 12, em Brasília, normalmente no período da noite; QUE esses servidores falavam, em geral, com a secretária do depoente na TRANSPETRO; (...) QUE esses pagamentos de propina eram feitos em dinheiro oriundo de diferentes empresas e, em anos eleitorais, também por meio de doações oficiais, a partir de julho; QUE quando era o caso de doações oficiais o depoente acertava com a empresa o montante e a semana em que iria ser feita e comunicava à empresa para qual partido e político a doação deveria ser feita; (...) **QUE as doações eram em geral feitas formalmente ao Diretório Nacional do PMDB e em alguns casos para o Diretório de Alagoas e até, em certos casos, para outros partidos em Alagoas, mas sempre ‘carimbadas’ para RENAN CALHEIROS, consistindo isso no conhecimento que era transmitido aos organismos partidários de que as doações em questão seriam controladas por RENAN CALHEIROS; QUE os demais valores foram pagos mediante entregas de dinheiro em espécie; QUE o depoente apresentará planilha com discriminação desses valores”** (g.n.).

Assentada essa incomum dinâmica fática, individualiza a denúncia cada doação acertada “*por Nelson Maramaldo e Luiz Maramaldo com Sérgio Machado para efetivação por meio da NM SERVIÇOS*” (fl. 1.918), importando, para o exame que ora se impõe, dentre todas, exclusivamente aquelas insertas nos tópicos 3.2.1 (“da vantagem indevida paga por meio do PMDB/Aracaju”), 3.2.2 (“da vantagem indevida paga por meio do PMDB/TO”) e 3.2.3 (“da vantagem indevida paga por meio do PSDB/AL”).

Conforme a trama acusatória, as citadas doações transferidas aos Diretórios do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de

INQ 4215 / DF

Aracaju/SE e de Tocantins/TO, como também para o Diretório do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB) de Alagoas/AL defluíram de pleitos formulados pelo Senador da República José Renan Vasconcelos Calheiros ao Presidente da Transpetro S.A., Sérgio Machado, tese que a acusação almeja demonstrar, como adiante se verá, mediante o cotejo de depoimentos prestados em colaboração premiada, seus correspondentes elementos de corroboração, assomados, ainda, de provas obtidas mediante cautelares judicialmente autorizadas e relatórios de análise produzidos no âmbito da Procuradoria-Geral da República.

Incumbe segmentar, a partir desse ponto, a avaliação do triplo conjunto de fatos para uma completa abordagem das evidências que servem a lastrear os supostos acontecimentos.

Priorizo, de início, o exame pelo repasse de vantagem indevida dirigido ao Diretório Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em Tocantins/TO, por considerá-lo, numa ordem de graduação decrescente, aquele que detém necessário e satisfatório suporte probatório à instauração da persecução penal em juízo.

Como referido, o citado comprometedor depoimento prestado por Sérgio Machado alusivo às pretensões financeiras requeridas pelo denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros em contrapartida ao seu sustento político no cargo, nesse tópico específico, é potencializado e melhor evidenciado pelos indícios constantes dos autos de que a doação oficial dirigida ao Diretório de Tocantins/TO, pela NM Engenharia, consistira na concretização de pagamento de vantagem indevida decorrente daquele estratagema.

Nessa perspectiva, a denúncia relembra o contexto geral dos fatos até aqui já analisados, elucidando (fl. 1.926):

“(…)

No ano de 2010, o Senador da República José Renan Vasconcelos Calheiros, com vontade livre e consciente, comunhão de desígnios e divisão de tarefas, solicitou, em razão do cargo, vantagem indevida ao então Presidente da Transpetro, Sérgio Machado.

Com o propósito de ocultar e dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de valores provenientes, direta ou indiretamente, de prática de crime contra a administração pública, RENAN CALHEIROS e SÉRGIO MACHADO ajustaram o pagamento da vantagem indevida por meio de doação oficial ao Diretório Estadual do Tocantins do PMDB em 2010.

SÉRGIO MACHADO, a seu turno, com vontade livre consciente, comunhão de desígnios e divisão de tarefas, solicitou a LUIZ FERNANDO NAVE MARAMALDO e NELSON CORTONESI MARAMALDO, administradores da NM ENGENHARIA, o pagamento de vantagem indevida mediante doação oficial ao Diretório Político indicado por RENAN CALHEIROS.

Os ora denunciados NELSON CORTONESI MARAMALDO e LUIZ FERNANDO NAVE MARAMALDO, com vontade livre e consciente, comunhão de desígnios e divisão de tarefas, na condição de diretores das pessoas jurídicas NM ENGENHARIA e NM SERVIÇOS pagaram vantagem indevida antes - na mencionada reunião de 2010 - prometida a SÉRGIO MACHADO".

Explicita a denúncia que, atendendo a tal pleito, o representante da empresa NM Engenharia teria efetuado o depósito de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) nas contas daquele diretório eleitoral, em 27.9.2010, com o auxílio do intermediador Bruno Mendes, mas que *"chegaram integralmente à campanha a Deputado Federal Leomar de Melo Quintanilha em 1/10/10, ou seja, em apenas 4 dias úteis"* (fl. 1.931).

A esse respeito, depreende-se dos autos que a versão acusatória conforma-se com o relato apresentado também por Luiz Fernando Nave Maramaldo, ao noticiar que *"dentro da sistemática de pagamento de propina por doação a diretórios a pedido de Sérgio Machado, pagou ao PMDB do Tocantins; que nesse caso o pedido se deu em outra reunião, diversa da ocorrida no início de setembro de 2008, porquanto a doação se deu em 2010; (...) que uma vez mais recebeu papel, valor e número da pessoa para contatar; que pagou em*

INQ 4215 / DF

27/9/2010 o total de R\$ 150.000,00; que não foi mencionado o nome de nenhum político; que recebeu o recibo e contabilizou a doação; que não houve troca de e-mails; que não tem obras ou interesse outro em Tocantins” (Termo de Colaboração 13, anexo 12, fls. 2.101-2.102).

Assoma-se à narrativa dos agentes colaboradores elementos de corroboração, a exemplo do bilhete de Sérgio Machado, onde se lê, após os dados bancários do Diretório Regional do PMDB/TO pré-digítados, o manuscrito “\$150, 061-91336687 - Bruno” (reproduzido à fl. 1.928 - PET 6.302, doc. 28).

Também a partir dos extratos telefônicos coligidos aos autos foi possível constatar que esse referido terminal estava, de fato, cadastrado em nome do intermediador Bruno Mendes, atestando-se o registro de ligação efetuada por Luiz Maramaldo, diretor da NM SERVIÇOS, exatamente conforme indicado no âmbito do seu termo de depoimento em acordo de colaboração premiada (dados transcritos à fl. 1.930 da exordial).

Há, ainda, comprovante do depósito bancário na conta do Diretório Estadual (documentos colhidos na PET 6.302 e reproduzidos às fls. 1.928-1.929 da denúncia).

Consoante os Relatórios de Pesquisa 152/2017 e 168/2017 (docs. 31 e 32), evidenciada a existência de indícios concretos de vínculo entre o denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros com a pessoa de Bruno Mendes, que, na condição de filiado ao PMDB/AL, inclusive figurou como assessor do congressista aqui acusado.

Destaca a acusação que o Senador da República José Renan Vasconcelos Calheiros admitira, em declaração escrita (fl. 1.931, doc. 33), “conhecer Bruno Mendes desde 1990” quando “foi advogado de sua campanha eleitoral” e “posterior assessor no Senado, advogado do Diretório Estadual do PMDB de Alagoas em 2015 e 2016”, tendo sido, até aquela oportunidade, “consultado sobre temas eleitorais” (fl. 1.931).

Conquanto confirme essa interligação, a defesa técnica procura desqualificar a figuração de Bruno Mendes como mediador, aludindo que a acusação, nesse aspecto, teve como lastro o fato da “longeva atuação

profissional e funcional [de Bruno Mendes] com o denunciado e a filiação partidária ao Diretório Estadual do PMDB de Alagoas” (fl. 2.736). Contudo, essa justificativa, se invocadas as demais evidências dos autos, não se mostra capaz de neutralizar, de plano e neste instante sumário de cognição, os atos de intermediação da doação eleitoral ora atribuídos a Bruno Mendes.

Nesse mesmo quadrante, incorpora-se ao acervo probatório a apreensão cautelar, na posse de Bruno Mendes, de documentos referentes ao Senador da República imputado, a exemplo de *“um CD com a etiqueta ‘chantagem Mônica Veloso 2007’ e outro identificado como ‘TCU 017-586/2009-01’”* (dados extraídos da AC 4.314, fls. 148-153, e referidos à fl. 1.931 da exordial), prova que reforça a demonstração de *“relação entre Renan Calheiros e Bruno Mendes”* (fl. 1.931).

Também se contrapõe o denunciado à projeção de Bruno Mendes como intermediador da doação realizada em 27 de setembro de 2010, sob o argumento de que *“o contato telefônico supostamente mantido com o dito intermediário da doação ocorreu um mês depois, em 27 de outubro de 2010”* (fl. 2.731), circunstância, em tese, comprometedora à caracterização da função de intermediário.

Entretanto, para além da necessidade da elucidação dessas inconsistências temporais, exato papel destinado à instrução da ação penal, assume especial relevo o fato de Bruno Mendes ter sido expressamente citado no manuscrito entregue por Sérgio Machado a Luiz Fernando Nave Maramaldo, com as orientações necessárias ao depósito de valores, que ambos os colaboradores admitiram ter solicitado e efetuado.

Dessarte, os elementos até então disponíveis nesse caderno indiciário tornam, a meu ver, plausível a acusação dirigida ao parlamentar José Renan Vasconcelos Calheiros, com a mediação de Bruno Mendes. Somente a instrução processual, insisto, com produção de provas sob o crivo do contraditório, servirá ao propósito de sanar as eventuais incongruências detectadas.

Em relação aos mesmos fatos, além das evidências do vínculo

mantido entre o denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros com o intermediador Bruno Mendes, ressaem ainda elementos informativos da vinculação do acusado com Leomar Quintanilha, político diretamente favorecido pelo aporte financeiro originalmente realizado em prol do Diretório Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Tocantins.

Trago à tona que o *“Relatório de Análise 019/201750 da SPEA/PGR mostra que os R\$ 150.000,00 doados pela NM Serviços em 27/9/2010 ao Diretório Estadual do PMDB em Tocantins chegaram integralmente à campanha a Deputado Federal de LEOMAR DE MELO QUINTANILHA em 1/10/10, ou seja, em apenas 4 dias úteis”* (fl. 1.931). A denúncia elucida outros relevantes aspectos (fl. 1.932):

“(…)

Chama atenção que em 2010, ano da doação sob análise, o então Senador da República Leomar Quintanilha (PMDB/TO) era aliado fiel do Senador Renan Calheiros (PMDB/AL).

Em 2007, na condição de Presidente do Conselho de Ética do Senado Federal, Leomar Quintanilha arquivou sumariamente as duas representações contra Renan Calheiros nas investigações sobre pagamento de pensão por uma empreiteira em favor da filha de Renan Calheiros e Mônica Veloso.

Em 2009 Leomar Quintanilha foi indicado por Renan Calheiros para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito denominada CPI da Petrobras”.

Ressaltando a *“vinculação dessa doação a pessoas ligadas a Renan Calheiros”*, a peça acusatória reporta-se, ainda, à circunstância de que *“Sérgio Machado também afirmou que Leomar Quintanilha é ligado a Renan Calheiros e que este por vezes pedia doações a correligionários políticos”* (fl. 1.932, mídia doc. 21).

Invocando, ao lado de todos esses elementos supracitados, a desmotivada doação por parte de Luiz Fernando Nave Maramaldo ao diretório partidário de Tocantins, o titular da ação penal imputa ao

denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros a prática do crime de corrupção passiva.

Em nova tentativa de infirmar a versão acusatória de que Leomar Quintanilha seria “*aliado fiel*” do denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros, a defesa técnica recorre ao contexto político vigente à época para convencer que o parlamentar beneficiário das doações teria agido com imparcialidade na atuação perante o Conselho de Ética do Senado Federal e que, diferente da alegação do Ministério Público Federal, não chegou a atuar efetivamente na comissão parlamentar de inquérito.

Importa sopesar, neste momento reservado ao recebimento ou não da denúncia, que o acervo probatório revela suspeitas de que o relacionamento político existente entre o denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros e Leomar de Melo Quintanilha parece se coadunar com o relato ministerial de que os valores aportados à conta partidária desse último teria origem nos depósitos efetuados pela NM Engenharia, atendendo a pleito de Sérgio Machado, assegurando-lhes, respectivamente, a celebração de contratos pela Transpetro S.A. e a sustentação política no comando dessa empresa subsidiária.

Igualmente o denunciado reafirma irresignação quanto à gravação ambiental implementada por Sérgio Machado, destacando, nesse caso, que o colaborador “*sequer instigou a conversa sobre doações realizadas a Leomar Quintanilha, ou mesmo abordou o assunto genericamente*” (fl. 2.746).

Anoto, mais uma vez e como é assente na peça da acusação, que as conversas gravadas entre Sérgio Machado e José Renan Vasconcelos Calheiros tiveram a intenção, para este exame, de apenas reforçar “*a proximidade entre eles*” (fls. 1.925, 1.932 e 1.938).

Diante desses pilares probatórios, vejo existir verossimilhança no relato acusatório que imputa ao acusado José Renan Vasconcelos Calheiros a responsabilidade pelos atos de corrupção decorrentes do pagamento de vantagem indevida por intermédio de doação oficial ao diretório partidário de Tocantins, o que é suficiente à deflagração da ação penal.

8. Concernente às doações eleitorais destinadas ao Diretório

Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Aracaju/SE e ao Comitê Financeiro do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB) em Alagoas/AL, diverso é o quadro fático e indiciário que se mostra na denúncia, cuja proposta, apesar de formalmente apta, denota, desde logo, a frágil probabilidade de que ambos os repasses tenham vinculação direta com os interesses do denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros, conforme adiante será explicitado. Aqui se impõe o não recebimento da denúncia.

8.1. Com efeito, tendo em conta essa relevante perspectiva, o atento cotejo dos elementos coligidos ao caderno processual e das especificidades que orbitam em torno da doação oficial em prol do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em Aracaju/SE, revela que, apesar do similar *modus operandi* empreendido pelos agentes envolvidos, carece ao episódio em concreto a segurança indiciária da vinculação direta do denunciado com os valores transferidos às contas de campanha do Senador da República Almeida Lima.

No Termo de Colaboração 11 (anexos 10 e 18), Luiz Fernando Nave Maramaldo trata, especificamente, da doação de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Aracaju/SE, “Diretório Político indicado por Renan Calheiros” (fl. 1.918), realizada intermédio de Ronaldo Ramos, no intuito de beneficiar o então Senador da República Almeida Lima:

“ANEXOS 10 E 18 (‘PMDB - ARACAJU’ E ‘SENADOR ALMEIDA LIMA’): que, dentro da sistemática de pagamento de propina por doação a diretórios a pedido de Sérgio Machado, pagou ao PMDB de Aracaju; que na mesma reunião de setembro de 2008 já mencionada em outros depoimentos também foi pedido por Sérgio Machado o pagamento ao PMDB de Aracaju; que o valor solicitado foi de R\$ 150.000,00; **que o depoente deveria entrar em contato com Ronaldo Ramos, no telefone (79) 9977-0212; que telefonou a Ronaldo Ramos; que este disse que falasse com a secretária Luciana, do Senador**

Almeida Lima; que não se recorda quem passou os telefones do gabinete do Senador, se Ronaldo Ramos ou Sérgio Machado; (...); que falou com Luciana, a qual passou o recibo; que depositou o valor e acha que recebeu o recibo pelos Correios; que a doação foi contabilizada; (...) que a NM não tem obras ou interesses outros em Sergipe; que não conhece o Senador Almeida Lima; que também fez a doação por meio da NM Serviços; que a doação foi no mesmo dia das demais; que nesse caso Sérgio Machado falou o nome do Senador Almeida Lima; que novamente esse valor, tal qual os outros, foi abatido da planilha da propina com Sérgio Machado, de 5,5%" (fls. 2.095-2.096).

Diligências promovidas pela Procuradoria-Geral da República dão conta de que os valores aportaram, de fato, às contas do então Senador da República Almeida Lima, consoante se extrai dos excertos do minucioso Relatório de Análise 082/2017 SPEA-PGR, reproduzido às fls. 1.922-1.923 da exordial acusatória:

“(…)

Após análise da prestação de contas do Diretório Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, verificou-se que o recurso não foi direcionado para este diretório, mas havia a hipótese de que teria sido destinado para o Diretório Municipal. O Diretório Municipal, por sua vez, não prestou as contas devidas à Justiça Eleitoral, motivo pelo qual, por meio da Ação Cautelar 4.332, o Parquet requereu e a Justiça Deferiu o Pedido de Quebra de Sigilo Bancário do PMDB, Diretório Municipal, que veio ao MPF por meio do Caso SIMBA 001-MPF-002520-01.

Ao se analisar os dados bancários do PMDB, Diretório Municipal, CNPJ 09.664.788/0001-05, verificou-se que, de fato, o recursos doados pela NM Serviços Brasil LTDA. foram para esse diretório é o que se constata no extrato bancário da conta corrente 10015159, agência 3546, do Banco do Brasil (...)

Perceba que o cheque da NM Serviços Brasil LTDA. foi depositado no dia 12/09/2008, corroborando com as

informações do colaborador, bem como com os documentos apresentados. No dia 15/09/2008, houve o desbloqueio do depósito no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Desse valor, foram descontados R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos) relativos a tarifa bancária, restando um saldo de R\$ 149.997,30 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais, trinta centavos).

No dia 17/09/2008, houve a compensação de um cheque no valor de R\$ 149.990,00 na conta do Diretório Municipal, evidenciando que o recurso doado pela NM Serviços Brasil LTDA., não teve como destinatário final o diretório, mas terceiros, conforme ficou evidenciado ao se analisar a prestação de contas dos candidatos a prefeito e vereador daquele município.

A análise mostrou que o dinheiro chegou ao Candidato a Prefeito de Aracaju, em 2008, José Almeida Lima, do PMDB. Conforme dados extraídos do sistema de prestação de contas do TSE, o candidato teria recebido, dentre recursos em espécie e estimados, R\$ 1.078.130,00 (um milhão, setenta e oito mil, cento e trinta reais), dentre os quais estão os valores doados pela NM Serviços Brasil LTDA. (...)

Corroborando com as constatações acima, na prestação de contas do candidato José Almeida Lima, o extrato da conta bancária da eleição 2008 evidencia o recebimento do recurso (...).

A partir dos documentos analisados acima, portanto, confirma-se que a doação dos R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), informada pelo delator, teve como destino inicial o Diretório Municipal do PMDB - Aracaju.

Ato contínuo, o Diretório doou a quase totalidade do recurso, R\$ 149.990,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa reais) para o candidato a prefeito de Aracaju, José Almeida Lima" (g.n.).

Consagradas essas evidências, minuciosa a peça de ingresso os aspectos preponderantes da interligação existente entre o parlamentar

destinatário da doação e o congressista José Renan Vasconcelos Calheiros, ora denunciado:

“(…)

Pesquisas em fontes abertas apontam que ALMEIDA LIMA é aliado de RENAN CALHEIROS, um dos que sustentaram politicamente SÉRGIO MACHADO na TRANSPETRO. Com efeito, **ALMEIDA LIMA arquivou processo por quebra de decoro contra RENAN CALHEIROS no caso MÔNICA VELOSO pelos mesmos fatos em razão dos quais o Supremo Tribunal Federal o tornou réu.**

SÉRGIO MACHADO também afirmou que ALMEIDA LIMA é muito ligado a RENAN CALHEIROS e que este pediu o pagamento de vantagem indevida mediante doações a correligionários políticos.

Em colaboração premiada, RICARDO SAUD, da empresa J&F, controladora da JBS, asseverou ter recebido de RENAN CALHEIROS pedido de vantagem indevida por meio de doação oficial ao PMDB de Sergipe ou diretamente à campanha de ALMEIDA LIMA a Deputado Estadual. A JBS, do grupo J&F, doou R\$ 300.000,00 para a campanha de ALMEIDA LIMA e outros R\$ 100.000,00 para o PMDB de Sergipe posteriormente repassados ao mesmo candidato. Tais fatos, embora não sejam objeto da imputação, reforçam o liame entre RENAN CALHEIROS e ALMEIDA LIMA.

Em Ação Cautelar de busca e apreensão em endereços ligados a MILTON DE OLIVEIRA LYRA FILHO (AC n. 4195), apreenderam-se fotos de eventos sociais. Entre essas fotos, há algumas de ALMEIDA LIMA, de RENAN CALHEIROS e de JOSÉ SARNEY com o próprio MILTON LYRA” (g.n.).

No desejo de corroborar a existência de doação eleitoral proveniente da NM Engenharia, a acusação reporta-se ao comprovante bancário de depósito dos R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) na conta partidária do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Aracaju/SE (fl. 1.920).

À luz desse panorama e nada obstante a efetiva ocorrência da doação eleitoral, como demonstrado nos autos, tal circunstância, por si só, não é suficiente à confirmação do suscitado nexos do direcionamento dos valores movimentados ao denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros.

Partindo do pressuposto de que, conforme confidenciado por Sérgio Machado, as *“doações eram em geral feitas formalmente ao Diretório Nacional do PMDB e em alguns casos para o Diretório de Alagoas e até, em certos casos, para outros partidos em Alagoas, mas sempre ‘carimbadas’ para Renan Calheiros, consistindo isso no conhecimento que era transmitido aos organismos partidários de que as doações em questão seriam controladas por Renan Calheiros”* (Termo de colaboração n. 6, apenso 11, sem grifos no original), é essencial ao deslinde da controvérsia conhecer as circunstâncias fáticas determinantes do dito controle dos valores doados pelo congressista denunciado.

Na situação em análise, possível se notar um vácuo indiciário atinente ao enlace entre o suposto intermediário da doação eleitoral com o parlamentar denunciado.

Com efeito, ao tempo em que a acusação deixa de verticalizar os fatos que poderiam levantar suspeitas do vínculo aparente entre Ronaldo Ramos e o parlamentar acusado, as informações cadastrais dos números fornecidos por Luiz Fernando Nave Maramaldo também não lograram identificar o terminal atribuído ao citado intermediador (fl. 1.922).

Logo, não há qualquer linha trilhada pela denúncia que possa alcançar a conclusão de que Ronaldo Ramos, como mediador de tal repasse de valores junto aos administradores da NM Engenharia, tivesse assim agido em favor dos interesses do Senado José Renan Vasconcelos Calheiros. E, mesmo diante dessa carência indiciária, não se tem notícia de que Ronaldo Ramos teria sido diligenciado ou ouvido no curso das investigações.

Ao lado disso, as próprias ilações contidas na exordial acusatória, a partir das quais conclui o titular da ação penal que o então Senador da República Almeida Lima, como destinatário final das doações, nutria proximidade com o denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros, não

detêm suporte seguro nos elementos de informação até então colhidos.

É que o isolado fato de o ex-Senador da República Almeida Lima ter proferido voto em favor do congressista denunciado, recomendando o arquivamento do processo de quebra de decoro parlamentar, não se mostra suficiente a desvirtuar a sua atuação, sobretudo porque, conforme advertido pela defesa, a compreensão externada foi ao encontro daquela proclamada, ao final, pelo Plenário do Senado Federal (fl. 2.719).

Em meio aos poucos elementos que se prestam a conferir higidez à acusação, destoa, por fim, a vagueza com que a acusação utiliza os resultados da consulta dos terminais telefônicos disponibilizados pelo administrador da NM Engenharia, ao enfatizar que o cenário delitivo é reforçado pelo fato de que “*três das quatro linhas estão vinculadas ao Senado*” (fl. 1.922).

Dessarte, à míngua de elementos de prova que possam responsabilizar diretamente o ora denunciado pelo trajeto entre contas eleitorais da doação oferecida ao aludido diretório partidário, a pretensão ministerial também não se sustenta, repiso, somente pelas meras suspeitas do liame entre o denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros e o parlamentar beneficiado com os repasses, sem, ao menos, a comprovação de qualquer interação entre o denunciado e o mediador das doações.

8.2. O terceiro e último repasse de vantagem indevida imputado ao denunciado teria sido implementado, mediante idêntico *modus operandi* verificado nos repasses que se antecederam, por meio de doação eleitoral ao Comitê Financeiro do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB) em Alagoas/AL.

Nesse caso, assinala a acusação que Luiz Fernando Nave Maramaldo, na condição de administrador da NM Engenharia, observando mais uma vez as orientação repassadas pelo então Presidente da Transpetro S.A., Sérgio Machado, promoveu, por intermédio de “*pessoa de prenome Guilherme*” (fl. 1.935), o pagamento de vantagem indevida, no importe de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mediante doação oficial ao aludido comitê financeiro partidário.

Depreende-se do Termo de Colaboração n. 1 (anexo 15) prestado por Luiz Fernando Nave Maramaldo:

“(…)

Anexo 15 (‘PSDB’): que, dentro da sistemática de pagamento de propina a pedido de Sérgio machado, em razão de contratos da NM Engenharia com a Transpetro, pagou propina ao diretório do PSDB; que nesse caso o pagamento se deu em 27/9/2010; que pagou ao comitê financeiro único do PSDB; que o valor foi de R\$ 150.000,00; que o montante foi ao PSDB de Alagoas; que o contato foi com Guilherme (...); que não conseguiu descobrir de quem se trata esse Guilherme; que provavelmente falou com Guilherme; que o recibo foi recebido e contabilizada a doação; que não teve troca de *e-mails* nesse caso; que não tem interesse específico em Alagoas que justificasse a doação como legítima; que, portanto, pagou propina, a pedido de Sérgio Machado, por meio dessa doação; que provavelmente telefonou do escritório da NM para o Guilherme; que o valor da doação foi abatido do valor total da planilha de propina; que a NM Serviços recebeu mútuo fictício da NM Engenharia para ter os valores para essas doações de 2010; que em 2010 a NM Serviços nem ao menos operava; que não houve menção por Sérgio Machado a políticos nem ao fato de o PSDB ser partido de oposição ao governo federal, que mantinha Sérgio Machado na Transpetro” (fls. 1.934, doc. 35).

A título de corroboração, Luiz Fernando Nave Maramaldo disponibilizou o manuscrito recebido de Sérgio Machado com a conta para depósito, o nome e o telefone do intermediário, além do valor correspondente e o comprovante de depósito bancário efetuado na conta do Comitê Financeiro indicado (PET 6.302, fl. 397, transcrito à fl. 1.936 da denúncia).

Há nos autos, ainda, Relatório de Análise 22/2017 (fl. 1.936, Doc 37) dando conta de que, 2 (dois) dias após a doação eleitoral, ou seja, em 29.9.2010, *“R\$ 100.000,00 desse dinheiro são transferidos ao candidato a*

Deputado Estadual Inácio Loiola Damasceno Freitas” (fl. 1.936).

Enuncia a Procuradoria-Geral da República aspectos que, no seu sentir, explicitam o vínculo existente entre o denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros com Inácio Loiola Damasceno Freitas (fls. 1.936-1.937):

“(…)

Filiado ao PSDB, Inácio Loiola Damasceno Freitas foi **deputado pelo estado de Alagoas** em 2010, ano em que se apura o suposto esquema de pagamentos a diretórios por meio de doações feitas por empresas, nesse caso, pela NM Serviços Brasil LTDA.

De acordo com informações da Assembleia Legislativa de Alagoas, Inácio Loiola Damasceno Freitas, está em seu segundo mandato como deputado estadual. Já exerceu o cargo de prefeito do município de Piranhas por três mandatos (1989-1992; 2001-2004 e 2005-2008). Exerceu ainda um mandato de vereador, foi secretário de Viação e Obras do Estado e diretor de Recursos Humanos da Assembleia Legislativa. Em 2014, Inácio Loiola Damasceno Freitas filiou-se ao PSB de Alagoas.

Pesquisas a fontes abertas de notícias dão conta de que **Inácio Loiola Damasceno Freitas é irmão do Desembargador Washington Luiz Damasceno Freitas presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL), que foi afastado de suas funções pelo CNJ.**

Há notícias de que o Desembargador foi afastado, dentre outros motivos, como o caso da Máfia da Merenda, devido a um **suposto favorecimento do prefeito afastado de Joaquim Gomes, Antônio Araújo Barros, o ‘Toinho Batista’, em troca de apoio político para o irmão do desembargador, Inácio Loiola Damasceno Freitas.**

Em uma dessas fontes, há notícias de que o governador Renan Filho (PMDB) deu uma mostra do quanto o **desembargador Washington Luiz Damasceno Freitas atuava junto à classe política Alagoana e teria considerado 'muito dura' a decisão do CNJ.** <<http://www.diariodopoder.com.br/>

noticia.php?i=59154638490>

Consulta ao sire do CNJ - Conselho Nacional de Justiça - Confirma que no dia 27/10/2015, durante a 219ª Sessão Ordinária do Conselho, decidiu-se pela abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e o afastamento do desembargador Washington Luiz Damasceno Freitas” (g.n.).

Prossegue a denúncia asseverando que, em relação ao caso denominado “*Máfia das Merendas*”, existe indício da atuação de Milton Lyra, operador e lobista atuante entre os Senadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como aliado do denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros.

De fato, nada obstante evidências de que a doação teria sido realizada nos moldes narrados pela acusação, uma vez mais a denúncia ressent-se de coligar aos autos suporte probatório mínimo do liame havido entre o denunciado e o mediador da doação, a respeito de quem só é conhecido o prenome, como também quanto ao então Deputado Estadual Inácio Loiola Damasceno Freitas.

Sem a reunião de conjunto indiciário passível de lastrear as condutas suspeitas imputadas, reverbera a veemente negativa do acusado José Renan Vasconcelos Calheiros quando afirma desconhecer “*Guilherme*” e não possuir qualquer vínculo com Inácio Loiola, pessoa que sequer integrava seu núcleo político.

Nesse quadrante, insisto que, a despeito de ter sido imputado ao denunciado graves atos de corrupção, mediante o auferimento de vantagem indevida paga por intermédio de doações eleitorais, as quais seriam, nas exatas palavras do colaborador Sérgio Machado, “*sempre ‘carimbadas’ para Renan Calheiros, consistindo isso no conhecimento que era transmitido aos organismos partidários de que as doações em questão seriam controladas por Renan Calheiros*” (Termo de Colaboração n. 6, apenso 11, sem grifos no original), não há, também quanto a esse específico episódio, evidências claras da participação do congressista.

Como se observa, ausentes qualquer esclarecimento sobre quem seja o mediador do repasse, de prenome “*Guilherme*”, tampouco notícia de

diligência implementada à colheita de outras evidências.

Igualmente não se verifica, dos variados traços delineados pela acusação, linha argumentativa razoável fundada em lastro indiciário seguro de que Inácio Loiola Damasceno Freitas tenha recebido doação eleitoral “*carimbada*” pelo acusado José Renan Vasconcelos Calheiros.

Exsurge ainda frágil estabelecer vínculo de Inácio Loiola Damasceno Freitas com José Renan Vasconcelos Calheiros, invocando pronunciamento do denunciado em favor do Desembargador Washington Luiz Damasceno Freitas - atuante junto à classe política de Alagoas e irmão de Inácio Loiola Damasceno Freitas -, “*considerado ‘muito dura’ a decisão do CNJ*” que afastara o desembargador de suas funções no intitulado “*caso da Máfia da Merenda*” (fls. 1.936-1.937).

Agregue-se, por fim, o fato de que a defesa técnica reputa inusitado o enredo acusatório pelo fato de que, naquele pleito eleitoral, em que eram candidatos o irmão e o filho do denunciado, dificilmente se empenharia em solicitar doações em prol de candidatura diversa, especialmente para Inácio Loiola, que “*integrava grupo adversário nas eleições de 2010*” (fl. 2.748).

Nesse quadro, sem elementos nos autos que possam conduzir à suspeita de que a doação aportada às contas partidárias de Inácio Loiola tenha sido produto do crime de corrupção passiva, a denúncia, quanto a particular acusação, detém saldo insuficiente de evidências, de modo a não autorizar a deflagração da *persecutio criminis in iudicio*.

9. Considerando o conjunto hígido de provas a sustentar a hipótese acusatória em relação à primeira doação eleitoral aqui apreciada, importa trazer à colação alegação da defesa técnica no sentido de que, em se tratando de “*atos que não são da competência do agente, não subsiste a adequação típica prevista no art. 317 do CP*”, realçando não haver motivos a “*confundir ‘ato de ofício’ com suposto ‘apoio político’ concedido, como fator de contrapartida para caracterização do crime de corrupção passiva*” (fls. 2.764-2.765).

A despeito do louvável esforço defensivo, sob minha óptica, o atual momento processual não se presta à verticalização a respeito das

minúcias sobre o “*ato de ofício*” a cargo do denunciado, cuja prática ou omissão teria sido a razão pela qual lhe foi conferida vantagem indevida.

O tema posto terá, na oportunidade do julgamento do mérito, espaço para debate aprofundado, após instrução probatória e cognição exauriente seguida do contraditório.

Ao lado disso, no que diz respeito à descrição fática da denúncia, compreendo que o Ministério Público Federal aponta, em tese, fato subsumível ao crime de corrupção passiva, uma vez que atribui ao denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros o oferecimento de suporte político à manutenção de Sérgio Machado no cargo de Presidente da Transpetro S.A., em contrapartida ao recebimento de valores indevidos.

Sem desconsiderar o escólio daqueles que anunciam entendimento diverso, reitero, desde logo, a compreensão recentemente externada no julgamento da AP 996, de minha relatoria, Segunda Turma, Dje 8.2.2019, cuja ementa enuncia:

“(…)

A configuração constitucional do regime presidencialista brasileiro confere aos parlamentares um espectro de poder que vai além da mera deliberação a respeito de atos legislativos. A participação efetiva de parlamentares nas decisões de governo, indicando quadros para o preenchimento de cargos no âmbito do poder executivo, é própria da dinâmica do referido regime, que exige uma coalizão para viabilizar a governabilidade. Tal dinâmica não é, em si, espúria, e pode possibilitar, quando a coalizão é fundada em consensos principiológicos éticos, numa participação mais plural na tomada de decisões usualmente a cargo do Poder Executivo. Todavia, quando o poder do parlamentar de indicar alguém para um determinado cargo, ou de lhe dar sustentação política para nele permanecer, é exercido de forma desviada, voltado à percepção de vantagens indevidas, há evidente mercadejamento da função pública. Na espécie, o conjunto probatório é solido e demonstra o nexo causal entre o apoio político envidado por Nelson Meurer, na qualidade de integrante da cúpula do Partido Progressista (PP),

para a indicação e manutenção de Paulo Roberto Costa na Diretoria de Abastecimento da Petrobras S/A, e o recebimento, de forma ordinária, de vantagens pecuniárias indevidas, configurando, nas oportunidades especificadas, de forma isolada ou com o auxílio de Nelson Meurer Júnior e Cristiano Augusto Meurer, o crime de corrupção passiva”.

Tendo em mira a linha de raciocínio sumariada, a singela assertiva de que não cabe ao parlamentar nomear nem exonerar alguém de cargos públicos vinculados ao Poder Executivo desconsidera a organização constitucional do sistema presidencialista brasileiro.

Além disso, deve-se ter em mente que a Constituição da República, expressamente, confere a parlamentares funções que vão além da tomada de decisões voltadas à produção de atos legislativos. Tal peculiaridade, relembro, não passou despercebida quando do julgamento da AP 470, como restou claro do seguinte trecho do acórdão, quando retrata debate a respeito do tema.

Naquela oportunidade, os eminentes Ministros assim se manifestaram sobre essa peculiaridade das atribuições parlamentares:

“O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE)

- Ministro Gilmar Mendes, se Vossa Excelência permite?

Nessa mesma linha do seu douto pensamento, o ato de ofício, essa expressão, no nosso Direito - seja em Direito Administrativo, seja em Direito Processual Civil, Penal -, já vem consagrada como o ato que, para ser praticado, não precisa de provocação de quem quer que seja. A autoridade **sponte propria** ou **sponte sua**, por impulso interno, portanto, pratica o ato.

Ao passo que ato do ofício revela uma abrangência material compatível com o que pretende o Código Penal – acho que é o § 1º do artigo 317. É ato do ofício público correspondente ao cargo exercido, no caso, pelo parlamentar. E o Ministro Celso de Mello, ainda há pouco, falou que esse ato do ofício compreende centralmente o voto. Mas, nos termos da

Constituição, vai além para alcançar opiniões, palavras e votos.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Mesmo **porque** os parlamentares acham-se investidos de uma tríplice função constitucional: elaboração das leis, fiscalização dos atos do Poder Executivo e representação, *com dignidade*, do Povo brasileiro.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Perfeito!

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Mas eu citei outras funções. Citei o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que elenca uma série de outras funções, que não apenas o voto.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Referi-me, Senhor Relator, às *funções constitucionais* **mais** expressivas dos congressistas.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Sobretudo, os líderes.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: O **exercício** do voto, pelos membros do Congresso Nacional, **talvez represente** o mais expressivo dos momentos em que se desenvolve a prática do ofício parlamentar. **Observe-se**, *no entanto*, que a atividade parlamentar **não se exaure no ato de votação, eis que, como Vossa Excelência bem ressaltou**, os congressistas **dispõem de múltiplas atribuições, tanto constitucionais quanto** regimentais.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) – No mundo em que vivemos, a função, talvez, mais eficaz, de qualquer Parlamento é a função fiscalizatória, não a função de legislar.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Ministro Gilmar, se me permite, ainda vou concluir, mas eu tenho certeza que bate com o que vou dizer com o raciocínio de Vossa Excelência.

Como se delinque tanto por ação quanto por omissão, no caso dos autos, há um, esse tipo de cooptação pode levar – como me parece que levou - talvez à mais danosa das omissões:

é quando um partido, por si e seus parlamentares, passa a, sistematicamente, não fazer proposta nem oposição. Esse modo sistemático de se omitir é uma modalidade tão radical quanto danosa.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - E há funções institucionais notórias, por exemplo, o Colégio de Líderes que define a pauta, a agenda congressual, a agenda de cada uma das Casas Legislativas, significa decide se algo que será colocado na pauta ou, eventualmente, não será colocado. Quer dizer, para isso, basta a aceitação ou a objeção. **Veja é uma decisão importante e nem é submetida ao Colégio dos Parlamentares, mas ao Colégio de Líderes, juntamente com o Presidente de cada uma das Casas.**

Portanto, há uma série de atos outros que estão hoje consagrados na prática constitucional, na prática regimental, na prática congressual" (Inteiro Teor do Acórdão).

Com efeito, a Constituição, dentre outras, confere ao Congresso Nacional competência exclusiva para: "*X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;*" (Art. 49, X, da CR).

Parece evidente, nessa perspectiva, que um parlamentar, em tese, ao receber dinheiro em troca ou em razão de apoio político a um diretor de empresa estatal está mercadejando uma de suas principais funções que é o exercício da fiscalização da lisura dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Percebe-se a importância superlativa dada pela Carta Magna a essas funções parlamentares quando se verifica, para evitar conflitos de interesses, que aos deputados e senadores é constitucionalmente vedado, desde a expedição do diploma, "*a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; e b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;*" (art. 54, I, letras "a" e "b", da CR/88).

Além disso, a Constituição dotou o Congresso Nacional de poderes próprios de autoridade judicial, quando instituídas comissões parlamentares de inquérito, para apuração de fatos determinados, com encaminhamento de suas conclusões para o Ministério Público para responsabilização cível e criminal de infratores (Art. 58, § 3º, da CR).

Dessa feita, a percepção de vantagens indevidas, oriundas de desvios perpetrados no âmbito de entidades da administração indireta, a partir de sustentação política a detentores de poder de gestão nessas entidades, implica evidente ato omissivo no que diz respeito ao exercício dessas funções parlamentares.

Assim, à luz do exposto, nos moldes em que redigida a acusação, é razoável se afirmar a existência de substratos indiciários mínimos convergentes para a prática do crime de corrupção passiva pelo denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros, suficientes a autorizar, contra si, a instauração de ação penal pelo crime de corrupção passiva.

10. Com razão a defesa quando alude à inadmissibilidade da causa geral de aumento prevista no § 2º do art. 327 do Código Penal, a qual se exclui desde já da acusação, porquanto incabível pelo mero exercício do mandato popular.

Com esse entendimento foram os recentes julgados deste Supremo Tribunal Federal em casos análogos (INQ 3.983 Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 12.5.2016; e INQ 3.997 Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 26.9.2016). Ademais, a jurisprudência desta Corte (INQ 2.606, Rel. Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, DJe de 2.12.2014) exige, para sua incidência, uma imposição hierárquica (INQ 2.191, Rel. Min. AYRES BRITO, Tribunal Pleno, DJe de 8.5.2009), que não se acha nem demonstrada nem descrita nos autos.

11. A denúncia imputa, ainda, em razão do pagamento de vantagem indevida por meio de doações eleitorais oficiais que se seguiram para a campanha dos reais beneficiários, o cometimento, pelo Senador da República José Renan Vasconcelos Calheiros, de delitos de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores mediante estratégias voltadas a dissimular, no interesse próprio e de outrem, *“a natureza, origem,*

localização, disposição, movimentação e propriedade de valores provenientes, direta ou indiretamente, de prática de crime contra a administração pública” (fl. 1.879).

Nesse quadrante, especifica a exordial acusatória que (fls. 1.985-1.999):

“(…)

Embora a maneira escolhida para o pagamento tenha sido as doações oficiais, inexistente dúvida quanto a seu caráter de vantagem indevida. Verdadeiramente, a forma utilizada consumou crimes de lavagem de dinheiro.

Com efeito, o próprio SÉRGIO MACHADO afirmou que se as empresas não aderissem ao pagamento de vantagem indevida ou cessassem unilateralmente o pagamento delas, depois não conseguiam novos contratos, porquanto tinha o poder de ordenar que as empresas não fossem convidadas para as próximas licitações.

Importante ressaltar que NELSON MARAMALDO disse obter uma vantagem competitiva ilícita na relação com a TRANSPETRO em razão do pagamento de vantagem indevida. Efetivamente, afirmou que tinha, por SÉRGIO MACHADO, conhecimento prévio da verba disponível para a obra ou serviço. Assim, acrescia aos custos registrados no BDI da obra o dinheiro da vantagem indevida. Segundo ele, o montante solicitado por SÉRGIO MACHADO e pago foi de 5,5% sobre o valor do contrato, independentemente do valor efetivamente recebido pela pessoa jurídica.

Nessa esteira, inclusive para que pudesse obter verbas, suficientes ao pagamento da vantagem indevida, a NM ENGENHARIA experimentou crescimento em progressão geométrica do montante de seus contratos. De fato, o valor dos pagamentos que recebeu da TRANSPETRO mais que dobrou de 2008 (ano do primeiro ajuste de vantagem indevida) para 2009, de R\$ 74.768.881,38 para R\$ 168.308.156,21. Em 2010, último ano das doações eleitorais da NM SERVIÇOS, o valor pago pela TRANSPETRO chegou a R\$ 556.844.613,84, mais de 7

vezes maior que o de 2008.

(...)

As próprias doações formalmente lícitas da NM SERVIÇOS e da ODEBRECHT evidenciam a sua ilicitude.

(...)

O caminho do dinheiro, já apontado acima, com os valores chegando quase sempre exatamente como doados ou em montante compatíveis, mas sempre em datas próximas, igualmente mostra que, desde o início não havia dúvida de que, pelos mecanismos de ocultação e dissimulação da origem, o dinheiro chegaria aos aliados de RENAN CALHEIROS, GARIBALDI ALVES, ROMERO JUCÁ, JOSÉ SARNEY e VALDIR RAUPP, perpetuando-os no poder.

Todos os valores, aparentemente doações oficiais, eram, pois, pagamento de vantagem indevida.

(...)

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS (...) com vontade livre e consciente, comunhão de desígnios e divisão de tarefas, ocultaram e dissimularam, a origem, a disposição e a movimentação desses recursos, mediante a interposição de pessoas físicas e órgãos diversos de pessoa jurídica (do Estadual ou Municipal, a depender do caso, do PMDB e do PSDB, por onde transitaram os recursos) e a mescla com valores lícitos, em operações distintas. Essa mistura de ativos ilícitos com lícitos constitui mais uma modalidade independente de lavagem de valores denominada *commingling* (mescla).

Com essas condutas, os agentes incorreram, uma vez para cada doação e respectiva transferência entre contas, no crime tipificado no art. 1º, V, da Lei n 9.613/1998 (...)."

Deflui o órgão acusatório, dessa conjuntura fática do repasse de valores indevidos, a imputação dos crimes de lavagem de dinheiro, em razão das doações eleitorais oficiais aos diretórios políticos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Tocantins/TO e de Aracaju/SE, como também para o diretório do Partido Social Democracia Brasileiro (PSDB) de Alagoas/AL, com ulterior redirecionamento a contas

de campanha de candidatos vinculados ao denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros.

Como conseqüência da rejeição da denúncia, por falta de justa causa, quanto aos delitos de corrupção passiva imputados em função de solicitação de vantagem indevida por parte do acusado José Renan Vasconcelos Calheiros ao então Presidente da Transpetro S.A. José Sérgio de Oliveira Machado, em tese ofertada mediante doação oficial aos diretórios políticos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Aracaju/SE e do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB) de Alagoas/AL, os delitos de lavagem de capital subjacentes a esses episódios não subsistem, por lhes carecer o produto do ilícito antecedente cuja origem pretende-se dissimular. Em relação a essas imputações, portanto, impõe-se a imediata rejeição da exordial acusatória.

Contudo, remanesce à análise da viabilidade acusatória do pagamento de vantagem indevida destinada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Tocantins/TO, no ano de 2010, *“com o propósito de dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de valores”* (fl. 1.926) proveniente da prática de crime contra a administração pública.

Expõe a acusação, quanto ao específico ato, que *“o Relatório da Análise 019/2017 da SPEA/PGR mostra que os R\$ 150.000,00 doados pela NM Serviços em 27/9/2010 ao Diretório Estadual do PMDB em Tocantins chegaram integralmente à campanha a Deputado Federal de Leomar de Melo Quintanilha em 1/10/10, ou seja, em apenas 4 dias úteis”* (fl. 1.931).

Com relação ao suporte probatório mínimo necessário à configuração da justa causa apta ao recebimento da denúncia, procurei demonstrar nos parágrafos antecedentes que os elementos indiciários colhidos durante o inquérito conferem, ao menos verossimilhança, a respeito desses fatos.

Nessa direção, há indícios de dissimulação quando se percebe que o apontado pagamento indevido fora travestido de doação eleitoral oficial regular, destinado a diretório político com posterior redirecionamento a candidato vinculado ao denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros.

Rememoro, nesse aspecto, que à narrativa convergente e harmônica das declarações de Sérgio Machado e Luiz Fernando Nave Maramaldo assomam-se elementos indiciários seguros de que as doações destinadas inicialmente ao diretório eleitoral de Tocantins consubstanciaram dissimulação de pagamento de vantagem indevida proveniente do crime antecedente de corrupção passiva. Do conjunto probatório, tem-se: (i) manuscrito de Sérgio Machado contendo os dados para o depósito, o nome e o telefone do intermediador (Bruno Mendes); (ii) do comprovante do depósito bancário na conta do Diretório Estadual (documentos colhidos na PET 6.302 e reproduzidos às fls. 1.928-1.929 da denúncia); (iii) os extratos telefônicos com registro de ligação para os terminais indicados apresentados no âmbito do acordo de colaboração premiada, transcritos à fl. 1.930 da exordial; (iv) resultado de diligências promovidas perante as empresas de telefonia a partir dos dados fornecidos pelo colaborador, confirmando-se que a linha telefônica pertenceria, de fato, a Bruno Mendes, apontado como intermediador daqueles depósitos; (v) Relatórios de Pesquisa 152/2017 e 168/2017 (fl. 1.930, docs. 31 e 32) dando conta do vínculo havido entre o denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros com o intermediador Bruno Mendes, quem, na condição de filiado ao PMDB/AL, já figurou como assessor do congressista denunciado; e (vi) em 2010, ano da doação sob análise, o então Senador da República Leomar Quintanilha (PMDB/TO) era aliado fiel do Senador Renan Calheiros (PMDB/AL).

Nada obstante, deve ser afastada a causa de aumento de pena do delito de lavagem de dinheiro prevista no § 4º do art. 1º da Lei 9.613/1998 neste momento processual, porquanto imputada com fundamento no “*uso de organização criminosa*” (fl. 2.000) por parte do denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros.

Nesse diapasão, à época dos fatos em apreço (2010) inexistia ainda no ordenamento pátrio a definição jurídica da expressão organização criminosa - característica elementar da incidência da majorante -, o que somente veio ser implementado com o advento da Lei 12.850/2013.

Conforme assente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

vigora a *“impossibilidade constitucional de suprir-se a ausência de tipificação do delito de organização criminosa, como infração penal antecedente, pela invocação da convenção de palermo”*, eis que, *“Em matéria penal, prevalece o dogma da reserva constitucional de lei em sentido formal, pois a Constituição da República somente admite a lei interna como única fonte formal e direta de regras de direito penal, a significar, portanto, que as cláusulas de tipificação e de cominação penais, para efeito de repressão estatal, subsumem-se ao âmbito das normas domésticas de direito penal incriminador, regendo-se, em consequência, pelo postulado da reserva de Parlamento. Doutrina. Precedentes (STF). – As convenções internacionais, como a Convenção de Palermo, não se qualificam, constitucionalmente, como fonte formal direta legitimadora da regulação normativa concernente à tipificação de crimes e à cominação de sanções penais”* (RHC 121.835, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, Dje 23.11.2015).

Em julgado mais recente, reiterou-se que, *“A partir do julgamento do HC 96.007, Rel. Min. Marco Aurélio, tem prevalecido o entendimento de que, no período anterior à Lei nº 12.850/2013, seria atípica a conduta descrita no art. 1º, VII, da Lei nº 9.613/1998, tendo em vista a falta de definição jurídica válida para organização criminosa. Entendimento, esse, também adotado no julgamento da AP 470, Relator originário o Ministro Joaquim Barbosa. Precedentes”* (RE 1115041, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, Dje 29.10.2018).

À luz de todo o exposto, nos moldes em que redigida a acusação, é razoável se afirmar a existência de substratos indiciários mínimos convergentes, também, para a prática do crime de lavagem de bens, direitos e valores pelo denunciado José Renan Vasconcelos Calheiros subjacente à doação eleitoral destinada ao diretório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Tocantins/TO em 2010, suficientes a autorizar, contra si, a instauração do processo penal respectivo, com a imediata exclusão, porém, da majorante prevista no § 4º do art. 1º da Lei 9.613/1998.

12. Cabe ressaltar, por fim, que, ao contrário do que sustenta a defesa técnica do acusado, a denúncia não está amparada apenas em depoimentos prestados em colaboração premiada. Como consignado, há acervo indiciário que reforça as declarações prestadas pelos

colaboradores, tais como dados telemáticos e bancários, registros manuscritos, termos de depoimento, informações ministeriais e policiais, e documentos, o que basta neste momento de cognição sumária, em que não se exige juízo de certeza acerca de culpa.

Convém mencionar, nesse contexto, que há entendimento nesta Corte, revelado pelo Ministro MARCO AURÉLIO, no sentido de que “*o objeto da delação premiada não serve, por si só, à condenação. Serve, em termos de indícios de autoria, ao recebimento da denúncia*” (INQ 3.983, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 12.05.2016, pág. 175). Nesse mesmo julgamento, o Ministro CELSO DE MELLO também asseverou que o depoimento prestado no âmbito de colaboração premiada constitui, por si só, elemento indiciário suficiente ao recebimento de denúncia, mas não é apto, como elemento único, para sustentar eventual sentença condenatória, nos termos da Lei 12.850/2013, que expressamente dispõe: “*nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador*” (art. 4º, § 16). Naquele julgado, Sua Excelência, decano desta Corte, assinalou o seguinte:

“(…)

Tem razão Vossa Excelência, Ministro MARCO AURÉLIO, pois, como se sabe, o Supremo Tribunal Federal tem admitido a utilização do instituto da colaboração premiada (cujo nomen juris anterior era o de delação premiada), ressaltando, no entanto, bem antes do advento da Lei nº 12.850/2013 (art. 4º, § 16), que nenhuma condenação penal poderá ter por único fundamento as declarações do agente colaborador (HC 75.226/MS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO HC 94.034/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA RE 213.937/PA, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, v.g.).

O aspecto que venho de ressaltar - impossibilidade de condenação penal com suporte unicamente em depoimento prestado pelo agente colaborador, tal como acentua a doutrina (EDUARDO ARAÚJO DA SILVA, Organizações Criminosas: aspectos penais e processuais da Lei nº 12.850/13, p. 71/74, item n. 3.6, 2014, Atlas, v.g.) - constitui importante limitação de

ordem jurídica que, incidindo sobre os poderes do Estado, objetiva impedir que falsas imputações dirigidas a terceiros sob pretexto de colaboração com a Justiça possam provocar inaceitáveis erros judiciários, com injustas condenações de pessoas inocentes.

Na realidade, o regime de colaboração premiada, definido pela Lei nº 12.850/2013, estabelece mecanismos destinados a obstar abusos que possam ser cometidos por intermédio da ilícita utilização desse instituto, tanto que, além da expressa vedação já referida (lex. cit., art. 4º, § 16), o diploma legislativo em questão também pune como crime, com pena de 1 a 4 anos de prisão e multa, a conduta de quem imputa falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente ou daquele que revela informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas (art. 19).

Com tais providências, tal como pude acentuar em decisão proferida na Pet 5.700/DF, de que fui Relator, o legislador brasileiro procurou neutralizar, em favor de quem sofre a imputação emanada de agente colaborador, os mesmos efeitos perversos da denúncia caluniosa revelados, na experiência italiana, pelo Caso Enzo Tortora (na década de 80), de que resultou clamoroso erro judiciário, porque se tratava de pessoa inocente, injustamente delatada por membros de uma organização criminosa napolitana (Nuova Camorra Organizzata) que, a pretexto de cooperarem com a Justiça (e de, assim, obterem os benefícios legais correspondentes), falsamente incriminaram Enzo Tortora, então conhecido apresentador de programa de sucesso na RAI (Portobello).

Registre-se, de outro lado, por necessário, que o Estado não poderá utilizar-se da denominada corroboração recíproca ou cruzada, ou seja, também não poderá impor condenação ao réu pelo fato de contra este existir, unicamente, depoimento de agente colaborador que tenha sido confirmado, tão somente, por outros delatores, [...].

[...]

Pareceu-me relevante destacar os aspectos que venho de referir, pois, embora os elementos de informação prestados pelo agente colaborador possam justificar a válida formulação de acusação penal, não podem, contudo, legitimar decreto de condenação criminal, eis que incumbe ao Ministério Público o ônus substancial da prova concernente à autoria e à materialidade do fato delituoso” (g.n.).

13. As demais controvérsias relativas à existência de crime único, concurso formal ou concurso material entre os delitos dizem respeito ao julgamento de mérito da ação penal. É na sentença o momento adequado para se dar definição jurídica a tudo o quanto apurado e comprovado durante a instrução criminal. Consoante entendimento tradicional e consagrado, tanto na jurisprudência do STJ (RHC 27.628/GO, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 13.11.2012, DJe 03.12.2012) quanto na desta Corte:

“(…)

Não é lícito ao Juiz, no ato de recebimento da denúncia, quando faz apenas juízo de admissibilidade da acusação, conferir definição jurídica aos fatos narrados na peça acusatória. Poderá fazê-lo adequadamente no momento da prolação da sentença, ocasião em que poderá haver a emendatio libelli ou a mutatio libelli, se a instrução criminal assim o indicar” (HC 87.324, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 10.4.2007, DJ de 18.5.2007).

No mais, o exame da admissibilidade da acusação não se destina ao eventual ajuste nos critérios utilizados para a definição jurídica dos fatos narrados pela acusação, sendo melhor analisado após a instrução criminal, como, aliás, já considerado por esta Suprema Corte: *“Não é lícito ao Juiz, no ato de recebimento da denúncia, quando faz apenas juízo de admissibilidade da acusação, conferir definição jurídica aos fatos narrados na peça acusatória. Poderá fazê-lo adequadamente no momento da prolação da sentença, ocasião em que poderá haver a emendatio libelli ou a mutatio libelli, se*

a instrução criminal assim o indicar” (HC 87324, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJe de 18.5.2007).

Nunca é demais recordar, portanto, que a fase processual do recebimento da denúncia é juízo de delibação, jamais de cognição exauriente. Desse modo, o exame da viabilidade da denúncia para a instauração da ação penal, quando há justa causa para a acusação, fica reduzido à verificação da presença dos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, sem adentrar o julgador aos aspectos de mérito da controvérsia. Essa, aliás, é a reiterada orientação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

“(…)

1. A questão submetida ao presente julgamento diz respeito à existência de substrato probatório mínimo que autorize a deflagração da ação penal contra o denunciado, levando em consideração o preenchimento dos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, não incidindo qualquer uma das hipóteses do art. 395 do mesmo diploma legal. 2. A denúncia somente pode ser rejeitada quando a imputação se referir a fato atípico, certo e delimitado, apreciável desde logo, sem necessidade de produção de qualquer meio de prova, eis que o juízo acerca da correspondência do fato à norma jurídica é de cognição imediata, incidente, partindo-se do pressuposto de sua veracidade, tal como se dá na peça acusatória. (...) 4. Encontram-se preenchidos os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, havendo justa causa para a deflagração da ação penal em relação ao crime previsto no art. 90 da Lei nº 8.666/93” (INQ 3.108, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe de 22.3.2012).

14. Ante o exposto, por entender preenchidos os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, **recebo, em parte, a denúncia de fls. 1.876-2.006**, nos termos desta fundamentação, em decorrência de suposta infração ao art. 317, § 1º, do Código Penal (corrupção passiva majorada) e ao art. 1º, V, da Lei 9.613/1998, na redação anterior à modificação da Lei

INQ 4215 / DF

12.683/2012 (lavagem de dinheiro), sem a incidência da causa de aumento do art. 327, § 2º, do Código Penal e da prevista no § 4º do art. 1º da Lei 9.613/1998, com relação ao fato descrito no tópico 3.2.2 (vantagem indevida paga por meio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Tocantins/TO). **Rejeito, desse modo, a denúncia** no que diz respeito aos episódios narrados nos itens 3.2.1 (vantagem indevida paga por intermédio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Aracaju/SE) e 3.2.3 (vantagem indevida paga por meio do Partido Social Democracia Brasileiro (PSDB) de Alagoas/AL) da peça acusatória.

É como voto.

Cópia